

Proc N° 825/25
Folha N° 01
Assinatura: Grazi

INTERESSADO(S): SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA - SEMSPC	NÚMERO 0000000825 / 2025
PROCEDÊNCIA: SEMPEC DATA: 26/02/2025	
ASSUNTO: ADESAO A ATA DE SRP	
RESPONSÁVEL: MARIA DAS GRAÇAS MESQUITA DA SILVA VIEIRA	

[illegible]

OFÍCIO Nº. 059/2025- GAB-SEMSP.

Timon(MA), 26 de fevereiro de 2025.

A sua Senhoria, a Senhora
WILMA FREITAS RODRIGUES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
TIMON-MA

Assunto: SOLICITAÇÃO DE LIBERACAO PARA AQUISICAO DA ÁGUA

Senhora Secretária,

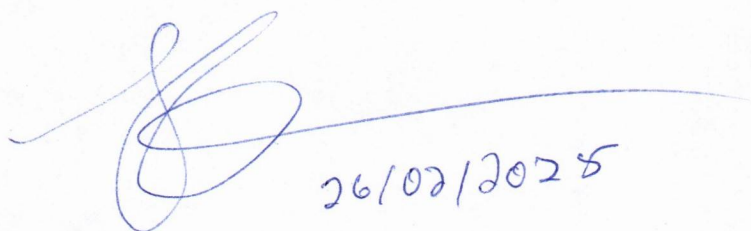
Solicito a Vossa Senhoria solicitação de liberação para adesão da ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.01/2024 – Pregão eletrônico N.07/2024, para a contratação de empresa especializada para aquisição de água mineral.

Atenciosamente,

MARIELY DE
ALMEIDA VILHENA
PONTE:781089853
15

Assinado de forma digital
por MARIELY DE ALMEIDA
VILHENA
PONTE:78108985315
Dados: 2025.02.26 10:48:30
-03'00'

Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Sec. Municipal de Segurança Pública e Cidadania - SEMSP

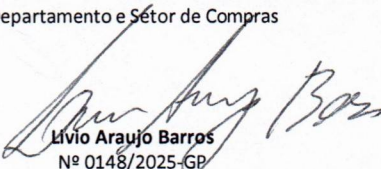

26/02/2025

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AGUA MINERAL 200 ML.	Areia Branca	UND	120	R\$ 29,90	R\$ 3.588,00
03	ÁGUA MINERAL 20L (GALAO)	Areia Branca	UND	150	R\$ 10,00	R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL					R\$ 5.088,00	

Timon, 26 de fevereiro de 2025.



Mariely de Almeida Vilhena Ponte
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA E CIDADANIA
DE TIMON - MA
CONTRATANTE

 ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA DE TIMON DEPARTAMENTO DE COMPRAS		LIBERAÇÃO Nº: 13/2025				
		OFÍCIO: 059/2025 – Sec. Municipal de Segurança Pública e Cidadania – SEMSP.			ORGÃO REQ: Sec. Municipal de Segurança Pública e Cidadania – SEMSP.	
		DATA PUB.: 23/05/2024			PREGÃO ELETRÔNICO: 007/2024	
		ATA SRP Nº 001/2024			PROC. ADM Nº 764/2024 - SEMAG.	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIMON – MA.						
M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA						
EMPRESA VENCEDORA: M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ: 13.874.603/0001-64 ENDEREÇO: Rua						
ITE	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QNT	VLR UNT	VLR TOTAL
2	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticas transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%).	AREIA BRANCA	UND	120	R\$ 29.90	R\$ 3.588,00
3	Água mineral sem gás em garrafão de 20L, Fabricado com materiais conforme a NBR 14.222/2013. Possui lacre de segurança, fundo texturizado conforme ANVISA, rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, informando origem, características físico- químico registro no órgão fiscalizador, número do lote, data de fabricação e validade.	AREIA BRANCA	UND	150	R\$ 10.00	R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL LOTE						R\$ 5.088,00
A empresa M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA vencedora é detentora da expectativa do direito em igual						
DATA: 26/02/2025						
Departamento e Setor de Compras  Lívio Araújo Barros Nº 0148/2025-GP Diretor de Gestão da Administração						

Proc Nº 823/25
Folha Nº 3
0148
Assinatura

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DA DESPESA
SAPAD - Nº 02/2025

1. DADOS DA DESPESA:

TIPO DE DESPESA:	☐ SERVIÇOS
	☒ COMPRAS
	☐ SERVIÇOS E/OU OBRAS DE ENGENHARIA

Justificativa:

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TIMON – MA.

2. DADOS DO FORNECEDOR/CREDOR:

NOME: M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA	CPF/CNPJ: 13.874.603/0001-64
ENDEREÇO: Rua Projetada, 3458, São Sebastião	CIDADE/UF: CODÓ - MA

3. DETALHAMENTO DA DESPESA:

Objeto da Despesa: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TIMON – MA

EM ANEXO O DETALHAMENTO DA DESPESA.

ITEM	QNTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNT R\$	PREÇO TOTAL R\$
02	120	UND	AGUA MINERAL 200ML, Água mineral sem gas, envasada em copo plástico transparentes de 200ml, com impressao do nome do fabricante e registro do ministério de saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses.	R\$ 29,00	3.588,00
03	150		AGUA MINERAL 20L (GALÃO) sem gás	R\$ 10,00	1.500,00
VALOR TOTAL R\$				5.088,00	

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA - SEMSPC	PROJETO/ATIVIDADE: 2063
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00	FONTE (S) DE RECURSO (S): 1.500

5. ASSINATURAS/CARIMBOS:

DATA: 26 / 02 / 25  Mariely de Almeida Vilhena Ponte Secretaria Municipal de Segurança Pública SOLICITANTE Mat. 9221214	26 / 02 / 2025  Mariely de Almeida Vilhena Ponte Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania - SEMSPC ORDENADOR DE DESPESA MARIELY ALMEIDA VILHENA PONTES PORTARIA: 026/2025 GP
--	--



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA

FOLHA DE INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 023/2025

À senhora,
Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania

Prezada,

Em resposta a solicitação recebida de Vossa Senhoria, informamos que após análise da Lei Orçamentária, com vigência para o exercício de 2025, verificou-se a existência de disponibilidade orçamentária para fazer face às despesas previstas no Processo Administrativo nº 825/2025 referente à aquisição de água mineral, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon-MA. Conforme Segue:

XXIII. Classificação Orçamentária: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

02 – Executivo	
Unidade Orçamentária	021301 – Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Função	06 – Segurança Pública
Sub-Função	122 – Administração Geral
Programa	1001 – Gerir, Administrar e Governar
Projeto Atividade	2063 – Secretaria Municipal de Segurança Pública
Classificação Econômica	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso	1.500 – Recursos Próprios Não Vinculados de Impostos
Valor Total	R\$ 5.088,00 (Cinco Mil e Oitenta e Oito Reais)

Em relação à informação orçamentária cumpre informar que a despesa se encontra em consonância com o PPA, LDO e LOA.

Timon/MA, 27 de fevereiro de 2025.

Atenciosamente,

Eronildes Cavalcante Alexandre

Diretora de Orçamento
Portaria Nº 0103/2025 - GP

Proc Nº	825/25
Folha Nº	01
Assinatura	

JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL

A presente solicitação de aquisição de água mineral visa atender às necessidades da **Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon – MA**, garantindo condições adequadas de trabalho e bem-estar aos servidores e agentes públicos que desempenham suas funções institucionais.

1. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

O fornecimento de água potável é uma necessidade básica e indispensável para a manutenção da saúde e do bom desempenho dos servidores da administração pública municipal, especialmente aqueles que desempenham atividades em ambientes administrativos e operacionais. A hidratação adequada contribui diretamente para a produtividade, prevenção de problemas de saúde e bem-estar geral dos colaboradores.

No caso específico da **Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania (SEMSPC)**, a necessidade da aquisição se justifica pelo fato de que muitos servidores atuam em **ambientes externos e expostos a condições climáticas adversas**, além da natureza essencial dos serviços prestados. A indisponibilidade de água potável comprometeria a execução das atividades e poderia gerar impactos negativos na saúde dos profissionais.

Além disso, o fornecimento de água mineral segue padrões de higiene e segurança sanitária, evitando o consumo de fontes não certificadas e garantindo a qualidade adequada para ingestão, conforme exigências dos órgãos reguladores.

2. IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO

A importância desta aquisição está diretamente relacionada à **garantia de condições adequadas de trabalho**, permitindo que os servidores da SEMSPC desempenhem suas funções com **conforto e segurança**, além de assegurar a conformidade com as **normas trabalhistas e de saúde pública**.

A disponibilização de água potável reforça o compromisso da administração pública com o **bem-estar e valorização de seus servidores**, refletindo diretamente na qualidade do atendimento à população.

1



2013

13110

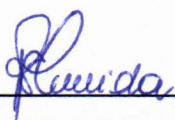
A aquisição está fundamentada na **Ata de Registro de Preços nº 001/2024**, oriunda do **Processo Licitatório nº 0764/2024 – SEMAG**, que prevê a compra futura e parcelada de água mineral para diversos órgãos do município, garantindo economicidade, eficiência e racionalização das despesas públicas.

O valor total estimado para esta aquisição é de **R\$ 5.088,00 (cinco mil e oitenta e oito reais)**, contemplando **120 unidades de água mineral em copo de 200 ml e 150 unidades de galões de 20 litros**, conforme detalhado na **Solicitação de Despesa SAPAD nº 02/2025**.

O recurso será custeado com **fontes próprias do município (Fonte 500)**, estando devidamente alocado no **Projeto/Atividade: 2063, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00**, conforme informado na **solicitação de dotação orçamentária**.

Diante do exposto, e considerando a **necessidade e importância** do fornecimento de água mineral para o adequado funcionamento da Secretaria e manutenção das condições básicas de trabalho, solicita-se a autorização para a aquisição dos referidos produtos, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços prestados.

Timon - MA, 28 de fevereiro de 2025



MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTES

SECRETÁRIA - PORTARIA: 026/2025 GP



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0764/2024 – SEMAG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

O Município de Timon – MA, por sua Coordenação Geral de Controle de Licitações do Município de Timon – MA, com sede na **Prefeitura Municipal de Timon**, localizada na Praça São José, s/nº, Bairro: Centro, na cidade de Timon – MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 06.115.307/0001-14, neste ato representado por seu Coordenador Geral, **Sr.º Zorbba Baependi da Rocha Igreja**, nomeado através da Portaria nº 0471, de 01/08/2023, publicada no Diário Oficial do Município, em 03/08/2023, e a Empresa **M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.874.603/0001-64, com sede na Rua Projetada, nº 3458 – Bairro São Sebastião, na cidade de Codó – MA, neste ato representada por seu sócio administrador, **Sr. Rafael Silva de Assunção**, conforme atos constitutivos da empresa apresentado aos autos, doravante denominada FORNECEDOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica Nº 007/2024, processo administrativo Nº 0764/2024-SEMAG, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIMON – MA**, visando aquisições futuras e parceladas, conforme Termo de Referência – ANEXO I deste Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Esta Ata fica disponibilizada para o uso pelos órgãos do município que tiveram suas demandas consolidadas pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal para posterior e oportuna contratação do objeto registrado, a serem entregues de forma parcelada ou não, conforme a demanda de cada órgão/ente do Município, sendo obrigação desta, o controle sobre os preços dos produtos.

1.3. O objeto desta licitação será solicitado diretamente à equipe gerenciadora da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa entregar o objeto, no prazo previsto, sem a cobrança de encargos, transporte, embalagens, ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos lotes, itens e ainda indicações constantes das relações do anexo I do edital, conforme descrição nessa ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITENS	Fornecedor: M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ: 13.874.603/0001-64					
	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticos transparentes	AREIA BRANCA	9.940	Und	R\$ 29,90	R\$ 297.206,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMON – CGCL

PROC. Nº 825/25

FLS. _____

RUBRICA _____

	de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses Cota Principal (75%).					
02	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticos transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%).	AREIA BRANCA	3.313	Und	R\$ 29,90	R\$ 99.058,70
03	ÁGUA MINERAL 20L (GALÃO) Água mineral sem gás garrafão de 20 litros, resinas virgens – material polietileno, policarbonato e polipropileno ou material que atenda às exigências da NBR 14.222/2013, com lacre de segurança, sobretudo no que se refere à transparência do garrafão, fundo texturizado em conformidade com as especificações da ANVISA, com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM que identifique as	AREIA BRANCA	2.506	Und	R\$ 10,00	R\$ 25.060,00

Proc Nº	<u>825/25</u>
Folha Nº	<u>3</u>
Assinatura	<u>Comar</u>



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMON – CGCL

PROC. Nº 825/25

FLS. _____

RUBRICA _____

características e propriedades físico químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto, e deverão conter as informações sobre o número do lote, a data de industrialização e data de validade do produto. A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. A água deverá ter validade de no mínimo 12 (doze) meses e estar em conformidade com a norma NBR 14.638 e Portaria DNPM nº 358/2009 e devem vir com lacre de segurança e rótulo padrão, individualmente, acompanhados de lenço para assepsia – tipo sachê e proteção com camisa plástica – tipo saco em polietileno de alta densidade fina natural. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal nº 8.538/2015.					
VALOR TOTAL: <i>(Quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta centavos)</i>					R\$ 421.324,70

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMON – CGCL

PROC. Nº 825/25

FLS. _____

RUBRICA _____

- 2.3. A renegociação, por ato do contrato, poderá ser retomada em razão da quantidade demandada, ficando estipulado como parâmetro máximo o preço registrado que compreende o valor da unidade.
- 2.4. A aquisição dos bens objeto da licitação do **Pregão Eletrônico nº 007/2024**, será solicitada diretamente à detentora da Ata de Registro de Preços, Empresa **M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, sem a cobrança de encargos, aluguéis ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição do lote, itens e subitens no anexo I e ainda indicações constantes das relações dos anexos deste edital.
- 2.5. Todos os ônus decorrentes de substituição dos bens fornecidos deverão ser realizados às exclusivas expensas da detentora da Ata de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para o Contratante, e deverão ser realizadas no prazo máximo estipulado pelo órgão interessado/solicitante, contados do pedido formal das unidades usuárias ou detentores.
- 2.6. Liberação formal do gerenciador da ata de registro de preço, para as unidades - órgãos e entes solicitantes, que deverá sempre anteceder a contratação, onde indicará a especificação, quantidade, valor/preço registrado, indicação e dados do fornecedor não podendo os valores serem acrescidos em relação ao transporte, carga, descarga, seguro, embalagens dos bens e demais despesas correlatas.
- 2.7. Desde a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, a detentora se obriga adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar a satisfatória prestação do fornecimento objeto desta Ata, de modo que em nenhuma hipótese, o abastecimento das diversas unidades requisitantes sofra qualquer solução de continuidade.
- 2.8. A **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- 2.9. Os preços registrados em Ata de Registro de Preços podem ser impugnados por qualquer cidadão através de requerimento devidamente comprovado e fundamentado;
- 2.10. Consideram-se órgãos participantes deste Registro de Preços, todos os órgãos e entes da administração da Prefeitura Municipal de Timon – MA, que apresentaram sua demanda com a intenção de registrar os preços e ou tiveram suas demandas consolidadas pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal - SEMAG;
- 2.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme disposto no art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/2023.
- 2.12. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 2.13. A recusa injustificada de fornecedor, em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 2.14. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- 2.15. A contratação com os fornecedores registrados será feita por meio de solicitação expressa ao órgão gerenciador da Ata, quando da autorização expressa, o órgão interessado então deverá contratar com o fornecedor indicado, com preço registrado em Ata, e na quantidade solicitada, devendo o órgão antes da contratação estimular renegociação visando a maior vantagem.
- 2.16. Será registrado o valor unitário de cada item com os devidos quantitativos.

Proc Nº	<u>825/25</u>
Folha Nº	<u>9</u>
<u>Concl</u>	
Assinatura	



CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA (Arts. 18 a 22, do Decreto Federal nº 11.462/2023).

3.1. Esta Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/21, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

3.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.3. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

3.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.6. O registro a que se refere o item 3.5.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.5.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 6.

3.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



- 3.10.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 3.11.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 3.12.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 3.8, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 3.13.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.5.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 3.13.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 3.13.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 3.14.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA QUARTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 4.1.** A Coordenação Geral de Controle das Licitações – CGCL é o órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços do município, sendo responsável pelo seu controle e acompanhamento. O gerenciamento poderá ainda ser realizado em colaboração técnica entre a CGCL e a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal do Município de Timon – MA.
- 4.2.** As Atas do Sistema de Registro de Preço deste Município poderão ser usadas por qualquer ente ou órgão da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e toda e qualquer entidade controlada direta e indiretamente pelo Município, independente de intenção de registro de preços e mediante a necessidade do uso de Ata de Registro de Preços.
- 4.3.** Órgão participante é órgão ou entidade da administração pública de Timon que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços, ou que esteja contemplado por meio de planejamento centralizado pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas do Município de Timon, e integra a ata de registro de preços.

4.4. DA SOLICITAÇÃO E DO FORNECIMENTO.

4.4.1. Da Solicitação:

4.4.1.1. Os órgãos/entes deverão emitir consulta formulada ao setor responsável pelo gerenciamento do SRP, contendo a descrição completa do produto que pretende adquirir/contratar/comprar com quantidade, preço unitário, preço total, preço do lote e prazo de fornecimento e referência da ata que pretende aderir. Em sequência será emitida liberação ao órgão interessado. O órgão providenciará contrato ou termo equivalente (ordem de fornecimento/nota de empenho) conforme a Lei, junto ao detentor da Ata, para que proceda a entrega/fornecimento.

4.4.1.2. Na Ordem de Fornecimento ou documento equivalente deverá estar declarado a Dotação Orçamentária que suprirá a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa.



4.4.2. Do Fornecimento:

4.4.2.1. De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, entregará o objeto, a contar do encaminhamento que poderá ser feito de modo presencial ou eletrônico por e-mail, da Nota de Empenho e do Recebimento da OF, ou em outro prazo, conforme consta da OF, mediante comprovação ou atesto da entrega/fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, conforme alterações proferidas pela Lei Federal nº 14.770/23, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

5.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, compete ainda comprovar a vantajosidade da adesão referente ao preço, verificar a habilitação da empresa entre as demais exigências para a contratação.

5.6. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5.6.2. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON

COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMON – CGCL

PROC. Nº _____

FLS. _____

RUBRICA _____

5.7. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observado os requisitos do item.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO (Arts. 25 a 29, do Decreto Federal nº 11.462/2023)

6.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. Essa pesquisa ficará a cargo do setor de compras da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG.

6.2. **DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS** – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato notório que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. **DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS** – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original no cadastro de reserva.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.6. O pedido de reajuste não suspende a obrigação do licitante fornecer quando convocado pelo usuário da ata, aquele que atrasar ou retardar o fornecimento proveniente da ata e contrato, poderá sofrer as sanções cabíveis e prevista no instrumento e na lei que regulamenta a espécie.

6.7. A mera flutuação que eleve o preço de mercado de itens registrados em ata não será motivo para a liberação do fornecedor do compromisso. Os motivos e fundamentos para a liberação deverão ser notórios e comprovados.

6.8. O REGISTRO DO FORNECEDOR SERÁ CANCELADO QUANDO:

6.8.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.8.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.8.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.8.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8.5. Não assinar a ata, não cumprir com prazos determinados, atrasar o fornecimento, agir com desídia para e não atender ao fornecimento mediante solicitação formal.

6.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.3.1, 6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Proc Nº	825/25
Folha Nº	10
Assinatura	



6.10. O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS – poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.1. Por razão de interesse público; ou

6.10.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de sua assinatura, ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata, nos termos do Decreto nº 11.642/2023.

7.3. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.4. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.8, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DA COMUNICAÇÃO OFICIAL

8.1. As comunicações oficiais entre o órgão gerenciador ou órgão solicitante e o fornecedor beneficiário da ata de registro de preços será **EXCLUSIVAMENTE** através do endereço eletrônico informado no certame licitatório, e que será transcrito na folha de assinatura desta ata.

8.2. O detentor da ata de ARP deverá atender as convocações do órgão gerenciador, caso contrário, poderão incorrer às penalidades estabelecidas neste Edital.

8.3. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Prefeitura, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**.

9.2. O detentor da ata de ARP deverá atender as convocações do órgão gerenciador que serão feitas preferencialmente por meio do endereço eletrônico informado no certame licitatório.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93, têm caráter de orientar como preço máximo.

9.4. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.5. Caso o objeto fornecido não corresponda às especificações editalícias e desta Ata, serão rescindidos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e nesta Ata.

9.6. Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços negar-se a receber o pedido, este fato deverá ser comunicado oficialmente à Prefeitura, para as providências cabíveis.

9.7. As alterações contratuais obedecerão à Lei nº 14.133/21, concomitante ao Decreto 11.462/23 ou legislação que as vierem a substituir.

9.8. Ao detentor da Ata cabe assegurar o fornecimento do material/produtos conforme definido na sua proposta e aceito pela Coordenação Geral de Licitações, sem prejuízo de todas as disposições previstas no Código do Consumidor.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMON – CGCL

PROC. Nº _____

FLS. _____

RUBRICA _____

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de SRP, é competente, por força de lei, o Foro da cidade de Timon, observadas as disposições constantes do parágrafo único do artigo 70 da Lei nº 14.133/21.

9.10. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame (cadastro reserva), será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Timon (MA), 13 de maio de 2024

Zorbba Baependi da Rocha Igreja
Coordenador Geral de Controle das Licitações – CGCL
Portaria nº 0471/2023
Representante legal do órgão gerenciador

Proc Nº	825/25
Folha Nº	10
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMON – CGCL

PROC. Nº _____

FLS. _____

RUBRICA _____

FOLHA DE ASSINATURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0764/2024 - SEMAG

TERMO DE ASSINATURA

A **M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, inscrita do CNPJ sob o nº 13.874.603/0001-64, Inscrição Estadual:12.683.924-7, com sede na Rua Projetada, nº 3458 – Bairro São Sebastião, na cidade de Codó – MA, contatos: (99) 98548-6410, e-mail: mrcafecodo@gmail.com, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). **Rafael Silva de Assunção**, que abaixo subscreve e concorda plenamente com os termos e conteúdo da ATA de Registro de Preços nº 001/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2024 - Processo Administrativo nº 0764/2024-SEMAG do Município de TIMON – MA, que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIMON – MA**, como se nesse termo estivesse transcrito, estando na condição de adjudicatária e por esse termo detentora da presente ata de SRP para os itens:

ITENS	Fornecedor: M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ: 13.874.603/0001-64					
	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticos transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses. Cota Principal (75%).	AREIA BRANCA	9.940	Und	R\$ 29,90	R\$ 297.206,00
02	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticos transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses. Cota	AREIA BRANCA	3.313	Und	R\$ 29,90	R\$ 99.058,70

Proc Nº	825/23
Folha Nº	33
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMON – CGCL

PROC. Nº _____
FLS. _____
RUBRICA _____

	reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%).					
03	ÁGUA MINERAL 20L (GALÃO) Água mineral sem gás garrafão de 20 litros, resinas virgens — material polietileno, policarbonato e polipropileno ou material que atenda às exigências da NBR 14.222/2013, com lacre de segurança, sobretudo no que se refere à transparência do garrafão, fundo texturizado em conformidade com as especificações da ANVISA, com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto, e deverão conter as informações sobre o número do lote, a data de industrialização e data de validade do produto. A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da	AREIA BRANCA	2.506	Und	R\$ 10,00	R\$ 25.060,00

Proc Nº 825/25
Folha Nº 4
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DAS LICITAÇÕES
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMON – CGCL

PROC. Nº _____

FLS. _____

RUBRICA _____

Saúde. A água deverá ter validade de no mínimo 12 (doze) meses e estar em conformidade com a norma NBR 14.638 e Portaria DNPM nº 358/2009 e devem vir com lacre de segurança e rótulo padrão, individualmente, acompanhados de lenço para assepsia – tipo sachê e proteção com camisa plástica – tipo saco em polietileno de alta densidade fina natural. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal nº 8.538/2015.				
VALOR TOTAL: <i>(Quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta centavos)</i>				
R\$ 421.324,70				

assumindo as condições previstas na presente ata de registro de preços, edital e anexos que passa a vincular o presente termo.

Rafael Silva de Assunção

M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
RAFAEL SILVA DE ASSUNÇÃO

Sócio Administrador

Representante legal do fornecedor registrado

Proc Nº	825/25
Folha Nº	156
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

Processo Administrativo: nº 0764/2024 – SEMAG

Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal - SEMAG.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição futura e parcelada de Água Mineral, por meio registro de preços, para atender as necessidades do município de Timon/MA, em ata com força de contrato, que ficará disponível para posterior aquisição conforme especificações e demais exigências previstas neste edital e seus anexos, e terá prazo validade de 12 (doze) meses contados da publicação de sua ata, com base na Lei nº 14.133/2021.

LOTE ÚNICO – ÁGUA MINERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticas transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses Cota Principal (75%).	9.940	UND	R\$ 35,68	R\$ 354.659,20
02	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticas transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%).	3.313	UND	R\$ 35,68	R\$ 118.207,84
03	ÁGUA MINERAL 20L (GALÃO) Água mineral sem gás garrafão de 20 litros, resinas virgens – material polietileno, policarbonato e polipropileno ou material que atenda às exigências da NBR 14.222/2013, com lacre de segurança, sobretudo no que se refere à transparência do garrafão, fundo texturizado em conformidade com as especificações da ANVISA, com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM que identifique as características e propriedades	1.610	UND	R\$ 10,95	R\$ 27.440,70



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

físico químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto, e deverão conter as informações sobre o número do lote, a data de industrialização e data de validade do produto. A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. A água deverá ter validade de no mínimo 12 (doze) meses e estar em conformidade com a norma NBR 14.638 e Portaria DNPM nº 358/2009 e devem vir com lacre de segurança e rótulo padrão, individualmente, acompanhados de lenço para assepsia – tipo sachê e proteção com camisa plástica – tipo saco em polietileno de alta densidade fina natural. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal nº 8.538/2015.				
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 500.307,74 (Quinhentos mil, trezentos e sete reais e setenta e quatro centavos)				

2. CONDIÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO:

2.1. Na tabela acima item 1.1 estão demonstradas a especificação do objeto, a estimativa de consumo dos órgãos e secretarias do município de Timon – MA, a forma de cotação dos produtos objeto deste Termo de Referência. Os valores acima indicados são preços estimados máximos obtidos por pesquisa de preços em sites de consulta eletrônica que constam nos autos do processo administrativo.

2.2. A adjudicação do objeto deverá ser por item, devendo as propostas serem cotadas por itens.

2.3. Para efeito de cotação deverá ser apresentado o valor do ITEM, em reais (R\$), conforme tabela descrita.

2.4. Para efeito de julgamento será levado em consideração o critério de MENOR VALOR DO ITEM COTADO que a licitante possa oferecer para a Administração Pública.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.7. O prazo de vigência para os contratos será definido conforme a necessidade de cada órgão, podendo ser de até 12 (doze) meses contados da sua assinatura. A vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.9. O procedimento utilizará o Sistema de Registro de Preço (SRP).

2.10. Deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962, para os bens/materiais/produtos ofertados, conforme o caso.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

3.1. Na análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas de atendimento a demanda considerando, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

3.2. A pesquisa de preços foi realizada através de empresas locais, onde na sua grande maioria foram utilizados valores de compras realizadas pelos mais diversos entes públicos.

3.3. A solução mercadológica disponível, consolidada e amplamente utilizada é a aquisição dos produtos visando facilitar e agilizar o atendimento da unidade solicitante.

3.4. A pesquisa de mercado será realizada de acordo com a IN 73/2020:

- a) Painel de Preços;
- b) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;
- c) Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) Pesquisa direta com fornecedores.

3.5. Respeitando as prioridades e os parâmetros estabelecidos:

a) Verifica-se que os bens pretendidos são oferecidos por diversos fabricantes e comercializados por diversas empresas no mercado, e apresentam características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a aquisição de água mineral, objeto do presente Termo de Referência se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos produtos a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

3.6. Das soluções:

- a) Solução 01 – Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão;
- b) Solução 02 – Registrar intenção de registro de preços junto a outros órgãos do município, na condição de participante;
- c) Solução 03 – Realizar licitação própria;

3.7. Da análise:

- a) Não é viável a adesão em ARPs por tratar-se de uma relação de itens com quantitativos significativos.
- b) Não há Pregões para registrar intenção de Registro de Preços junto a outros órgãos do município de Timon.

DECLASSIFICATION AUTHORITY
DATE 11/11/2011 BY 60322
100-447111-1000

1. The following information was obtained from a review of the files of the Federal Bureau of Investigation (FBI) and the Central Intelligence Agency (CIA) regarding the activities of the [redacted] during the period from [redacted] to [redacted].

2. [redacted]

3. [redacted]

4. [redacted]

5. [redacted]

6. [redacted]

7. [redacted]

8. [redacted]

9. [redacted]

10. [redacted]

11. [redacted]

12. [redacted]

13. [redacted]

14. [redacted]

15. [redacted]

16. [redacted]

17. [redacted]

18. [redacted]

19. [redacted]

20. [redacted]

21. [redacted]

22. [redacted]

23. [redacted]

24. [redacted]

25. [redacted]

26. [redacted]

27. [redacted]

28. [redacted]

29. [redacted]

30. [redacted]

31. [redacted]

32. [redacted]

33. [redacted]

34. [redacted]

35. [redacted]

36. [redacted]

37. [redacted]

38. [redacted]

39. [redacted]

40. [redacted]

41. [redacted]

42. [redacted]

43. [redacted]

44. [redacted]

45. [redacted]

46. [redacted]

47. [redacted]

48. [redacted]

49. [redacted]

50. [redacted]

51. [redacted]

52. [redacted]

53. [redacted]

54. [redacted]

55. [redacted]

56. [redacted]

57. [redacted]

58. [redacted]

59. [redacted]

60. [redacted]

61. [redacted]

62. [redacted]

63. [redacted]

64. [redacted]

65. [redacted]

66. [redacted]

67. [redacted]

68. [redacted]

69. [redacted]

70. [redacted]

71. [redacted]

72. [redacted]

73. [redacted]

74. [redacted]

75. [redacted]

76. [redacted]

77. [redacted]

78. [redacted]

79. [redacted]

80. [redacted]

81. [redacted]

82. [redacted]

83. [redacted]

84. [redacted]

85. [redacted]

86. [redacted]

87. [redacted]

88. [redacted]

89. [redacted]

90. [redacted]

91. [redacted]

92. [redacted]

93. [redacted]

94. [redacted]

95. [redacted]

96. [redacted]

97. [redacted]

98. [redacted]

99. [redacted]

100. [redacted]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

c) É possível a realização de licitação através da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal como órgão gerenciador.

d) Na aquisição em questão não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos itens serem considerados bens comuns.

3.8. Da conclusão:

3.9. Nesse sentido a solução possível para a referida demanda trata-se da realização de processo licitatório para a Contratação (Opção 03), através do Sistema de Registro de Preços, para a aquisição parcelada, que permitirá atender as Secretarias requisitantes de Timon – MA. A adoção do sistema de Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas demonstra-se a mais adequada em razão da necessidade de contratações frequentes e eventuais, da dificuldade de precisar os quantitativos a serem utilizados pelas Secretarias e ainda, objetiva evitar a imobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício, de modo que, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada, com o devido respaldo legal, haja vista a conveniência da prestação dos serviços com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade de cada órgão/ente participante.

3.10. Portanto, opina-se como melhor opção a utilização da modalidade “PREGÃO” sendo, preferencialmente, em sua forma **ELETRÔNICA** e do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, por ser mais adequada e viável para essa aquisição.

4. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

4.1. O custo estimado total da contratação é de **RS 500.307,74 (Quinhentos mil, trezentos e sete reais e setenta e quatro centavos)**, que corresponde ao objeto licitado, discriminados nas planilhas de especificações, quantitativos e preços, neste Termo de Referência.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do documento da formalização da demanda e do Estudo Técnico Preliminar, apêndice do Termo de Referência.

5.2. A presente aquisição visa ao atendimento das necessidades humanas ordinárias de consumo de água potável para a hidratação dos membros e servidores da Administração Pública Direta do município de Timon, durante o exercício financeiro de 2024/2025, de forma a proporcionar condições de saúde e trabalho apropriadas para estes.

5.3. O objeto é de uso frequente e indispensável ao serviço público municipal uma vez que supre a necessidade dos órgãos no seguinte critério: Departamentos públicos que dependem do uso de bebedouros não-industriais para o consumo de água mineral por galão de 20L ou consumo por copo de 180ml.

5.4. Cumpre ressaltar que a Secretaria municipal de Administração e Gestão de Pessoal, por seu Departamento de Compras realizou planejamento mediante levantamento de consumo nos órgãos da administração pública e ainda considerando o consumo anual dos exercícios anteriores definiu o quantitativo acima indicado para as aquisições futuras, considerando ainda a imprevisibilidade de consumo por ser variável. Na condição de órgão participante, nos termos do art. 2º, inciso IV do Decreto Municipal nº 0231/2021 a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, por meio do seu Departamento de Compras realizou planejamento contemplado e consolidado as

Proc Nº	805/05
Folha Nº	01018
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

demandas dos órgãos da administração pública municipal de Timon nos quais passam e integrar futura ata de registro de preços como órgão participante. Cumpre esclarecer ainda que o planejamento feito pelo Departamento de Compras encontra-se autorizado e regulamentado no Decreto Municipal nº 0109/2014 de 19 de setembro de 2014, senão vejamos:

Art. 43. O Departamento de Compras é o órgão diretivo subordinado diretamente ao Secretário Municipal, sendo responsável pela coordenação das atividades relativas ao levantamento de material, controle e liberação das atas de registro de preços, instrução de processos e aquisição de material no âmbito da Administração Municipal.

Art. 44. Compete ao Departamento de Compras:

I. coordenar as atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da Prefeitura, com vista ao controle de Registros de Preços e Liberação de Material e Serviços;
(...)

III. solicitar orçamentos para formalização dos processos de compras e serviços;

IV. instruir os processos de compras e de serviços para encaminhamento à Coordenadoria de Controle das Licitações Públicas;

V. realizar levantamento das necessidades de aquisição de bens e serviços no âmbito da Administração Municipal, trimestralmente e por órgão;

VI. liberar os pedidos de material e serviços constantes dos registros de preços, após autorização do setor competente;

VII. efetuar as compras relativas aos processos devidamente instruídos com a Nota de Empenho;

(...)

5.5. Sendo assim, considerando que o objeto do presente termo de referência possui por sua natureza os requisitos legais para serem licitadas por meio de sistema de registro de preços, quais sejam; necessidade de compra/consumo frequente e de difícil previsibilidade, entregas parceladas, para atendimento vários órgãos da administração pública, é que justificamos a elaboração do presente termo de referência para a realização de licitação para futuras aquisições por meio de sistema de registro de preços visando otimizar as despesas, agilizar, padronizar e racionalizar o fornecimento do bem, que é necessário na prestação dos serviços públicos, e nos termos do Art. 11 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 055/2016 e demais legislação aplicáveis à espécie.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

6.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6.2. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do art. 29º, da Lei 14.133, de 2021, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas dos bens/produtos são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão.

6.3. O atraso no fornecimento acarretará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas correlatas, bem como as demais normas cabíveis, nos termos definidos no Edital. Todas as despesas com o carregamento, transporte, descarregamento e entrega correrá por conta da empresa contratada.

6.4. As especificações dos itens a serem adquiridos constam no item 1 deste Termo de Referência.

6.5. Na entrega, o responsável técnico irá avaliar, se cada item contém as devidas especificações



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

acordadas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

6.6. Caso todos os itens estejam de acordo com as especificações, será aceita as notas fiscais dos produtos.

6.7. Caso algum item não seja entregue, ou não esteja de acordo com as especificações, ou apresente algum tipo de defeito, o produto não deverá ser aceito, oportunidade em que a empresa será notificada para corrigir as inconsistências, com os custos correndo por conta da empresa contratada.

6.8. O pagamento à empresa contratada só será realizado após o recebimento definitivo dos itens, constantes na ordem de fornecimento, que deverão estar em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência (TR) e em perfeitas condições de uso.

7. SUBCONTRATAÇÃO:

7.1. Não será admitida a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto do certame.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. **Cronograma de Execução:**

9.1.1. Elaboração do procedimento de Compra;

9.1.2. Elaboração de Contrato;

9.1.3. Envio da Nota de Empenho para Empresa;

9.1.4. Encaminhamento da Nota Fiscal para pagamento.

9.2. A entrega dos produtos objeto desta licitação deverá ser realizada nos endereços informados nas ordens de fornecimentos, nos horário para entrega: das 08h00 às 13h30, de segunda a sexta-feira, aos cuidados dos Servidores responsáveis pela fiscalização de cada contrato. O fornecedor deverá entrar em contato com o responsável antes da entrega para agendamento prévio de cada entrega.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

10.1. Os produtos entregues devem atender as especificações técnicas do item 1.1 e às disposições deste termo de referência, bem como as condições da proposta da Contratada.

10.2. O prazo previsto para entrega das mercadorias deverá ser de até **05 (cinco) dias**, contados da entrega da nota de empenho ou ordem de fornecimento pela administração pública, podendo ser em remessa única ou parcelada a ser definida pela administração na ordem de fornecimento e de acordo com a demanda. O local de entrega será na sede do órgão demandante ou em outro local a ser definido na contratação/compras desde que seja na abrangência do município de Timon.

10.3. Os produtos entregues deverão estar no prazo de validade total recomendado pelo fabricante.

10.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Proc N°	825/25
Folha N°	610/25
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

10.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.7. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem 11.6 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.9. A execução do contrato será iniciada a partir da assinatura do contrato.

10.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.11. A Contratada deverá executar as operações de logística de separação, embalagem, impressão dos Documentos Auxiliares da NF-e, transporte e entrega nos locais a serem indicados pela contratante ser indicado no momento da entrega, que poderá ser em qualquer das suas unidades administrativas e na área de abrangência do município de Timon.

10.12. Eventuais riscos e danos durante o transporte e antes da entrega do(s) produto(s) são de responsabilidade da Contratada.

10.13. A Contratada deverá executar os procedimentos de transporte dos produtos de acordo com as especificações dos respectivos fabricantes. Estes procedimentos deverão ser compatíveis com a legislação ambiental.

10.14. As entregas obedecerão o(s) prazo(s) estipulado(s) no contrato e na ordem de fornecimento indicados no item 11.2, que será contado do encaminhamento da ordem de fornecimento que poderá ser realizada de forma eletrônica por e-mail ou presencialmente, observados os prazos determinados no item 6 e seguintes, e deverão ser realizadas:

- a) No local designado;
- b) No horário compreendido entre as 08h:00 e 18h:00 (horário de Brasília/DF), em qualquer dia da semana, vez que diante da urgência haverá o fiscal ficará sobreaviso para o recebimento;
- c) Em veículo apropriado para o transporte do bem;
- d) Acondicionados adequadamente, devidamente identificadas na forma estipulada neste Termo de Referência e acompanhadas dos Documentos Auxiliares da NF-e.
- e) A Contratada deverá adotar em todas as entregas, no mínimo, os seguintes procedimentos: indicar com etiquetas ou plotagens adesivas coladas na parte externa e em local visível, contendo toda identificação e descrição do produto, forma de uso e todas as demais descrições obrigatórias.

11. DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DA RESCISÃO

11.1. Constituem motivos para a suspensão:

- 11.1.1. Reincidir na cobrança de materiais não entregues ou entregues irregularmente;
 - 11.1.2. Incorrer em irregularidade constatada pela fiscalização do Fiscal de Contrato;
 - 11.1.3. Agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos à Administração pública municipal e/ou a pessoas a elas vinculadas;
 - 11.1.4. Deixar de comunicar a Administração pública municipal alteração de dados cadastrais, como razão social e número de telefone, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da alteração, bem como a prévia alteração de endereço;
 - 11.1.5. Subcontratar total ou parcialmente o objeto do Edital.
- 11.2. A rescisão poderá se dar apedido da EMPRESA quando:

[Faint, illegible text covering the majority of the page, likely bleed-through from the reverse side.]

1-1-1974

1-1-1974



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

- 11.2.1. Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências contratuais, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 11.2.2. O seu preço se tornar, comprovadamente, impraticável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- 11.2.3. O pedido de rescisão deverá ser feito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- 11.3. A rescisão poderá se dar por iniciativa deste MUNICIPIO quando:
- 11.3.1. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- 11.3.2. A empresa perder qualquer condição de habilitação técnica exigida no presente procedimento;
- 11.3.3. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Termo de Referência ou nos pedidos dele decorrentes;
- 11.3.4. Comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.3.5. Em caso de dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis.
- 11.3.6. Se houver decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

- 12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 12.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 12.7. O **fiscal técnico** do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 12.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).
- 12.8.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF CHEMISTRY

RESEARCH REPORT

The following report describes the results of a study conducted by the Department of Chemistry, University of Chicago, during the year 1954. The study was carried out by the following persons: [names] and was supported by the National Science Foundation, Grant No. [number].

The purpose of the study was to determine the effect of [factors] on the rate of reaction between [reactants]. The results of the study are presented in the following tables and figures.

Table I shows the effect of [factor] on the rate of reaction. The rate of reaction increases with increasing [factor] and is independent of [factor].

Figure 1 shows the effect of [factor] on the rate of reaction. The rate of reaction increases with increasing [factor] and is independent of [factor].

The results of the study indicate that [conclusion].

12-15
[signature]
[initials]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

12.8.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

12.8.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

12.8.4. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

12.8.5. O **fiscal administrativo** do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

12.8.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

12.9. O **gestor do contrato** coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

12.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

12.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

12.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

12.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

12.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

12.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a execução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

STATE OF NEW YORK

IN SENATE

January 10, 1907

REPORT OF THE

COMMISSIONERS OF THE LAND OFFICE

IN RESPONSE TO A RESOLUTION PASSED BY THE SENATE

ON JANUARY 10, 1907

ALBANY:

THE STATE PRINTING OFFICE

1907

ALBANY

1907



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

13. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.2.1. O prazo de validade;

13.2.2. A data da emissão;

13.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

13.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

13.2.5. O valor a pagar; e

13.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF e/ou outros sites para:

13.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

13.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.10. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

13.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,

INVESTIGATION OF THE
CAUSE OF THE
FIRE AT THE
HOTEL MONTANA

The following is a summary of the investigation conducted by the Fire Department on the night of the fire at the Hotel Montana, which occurred on the night of the 1st of January, 1911.

The fire broke out in the kitchen of the hotel, and spread rapidly to the other rooms. The cause of the fire was found to be a gas stove which had been left on, and the gas had leaked out and ignited.

The fire department arrived on the scene at 11:30 p.m., and worked until 2:30 a.m. to extinguish the fire. The fire was completely out by 2:30 a.m., and the fire department left the scene at 3:00 a.m.

The fire caused a loss of \$10,000, and the hotel was closed for several days. The fire department is now investigating the cause of the fire, and will report the results of the investigation to the city council.

The fire department is now investigating the cause of the fire, and will report the results of the investigation to the city council.

W. J. H. H.

W. J. H. H.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

mediante aplicação do índice 0,1% ao mês de correção monetária.

13.12. O pagamento será efetuado por meio da dotação orçamentária proveniente de cada órgão/ente solicitante, por meio de depósito bancário, até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e emissão das notas fiscais com aceite do fiscal de contrato, acompanhada dos documentos.

13.12.1. A nota fiscal deverá ser emitida a favor do CNPJ constante na Nota de Empenho;

13.12.2. A nota fiscal que apresentar incoerências será devolvida à contratada e seu pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos após a data de sua apresentação válida;

13.12.3. O pagamento se dará por depósito bancário em nome da Contratada, devendo para isto a contratada apor à nota fiscal o número da conta corrente, da agência e do banco.

13.12.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.14. Quanto do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

14.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os produtos objeto do Contrato através de preposto devidamente designado, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

14.2. Supervisionar a entrega dos produtos e comunicar à Contratada as irregularidades observadas na sua execução.

14.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

14.4. Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo recebimento dos serviços solicitados;

14.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a contratada entregar fora das especificações deste termo de referência, e aplicar à Contratada as penalidades, quando for o caso.

14.6. Procederá os pagamentos devidos à Contratada, observadas as exigências legais e as constantes em edital;

14.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

15.1. Na hipótese de rejeição de produto (que se encontre em desacordo com as especificações solicitadas no edital), a Contratada deverá substituí-los, sem repasse dos custos à Administração, no prazo máximo estipulado no item 11.5.

15.2. Entregar os produtos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação. Entregar os produtos com a qualidade ofertada, atendendo rigorosamente as especificações (descrição técnica/prazos de validade e demais) constantes no edital de licitação e na proposta de preços, não sendo admitida a troca de marca.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
1155 EAST 58TH STREET, CHICAGO, ILL. 60637

TO: [illegible]
FROM: [illegible]
SUBJECT: [illegible]
[The following text is extremely faint and illegible, appearing to be a multi-paragraph letter or report.]

11-11-68
[illegible]
[illegible]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

unidade de medida ou qualquer outra especificação diferente da proposta apresentada. Em caso de impossibilidade do fornecimento da marca apresentada, o contratado deverá comunicar oficialmente o fiscal de contrato que avaliará a solicitação.

15.3. A Contratada, além da entrega do objeto licitado e das responsabilidades resultantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, obriga-se a:

15.4. Comunicar ao fiscal de contrato responsável, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente que possa ocasionar interrupção na entrega dos materiais e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

15.5. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações, inclusive quanto aos preços praticados no contrato;

15.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos;

15.7. Responder integralmente por perdas e danos diretos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua, dos seus prepostos ou terceirizados, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

15.8. Responsabilizar-se por todos os danos causados ao erário público, quando evidenciada a culpa, por ação ou omissão de seus funcionários, quando decorrente da ineficiência ou negligência nas operações dos serviços, inclusive terceiros;

15.9. Utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas.

15.10. A obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.11. Dar atendimento às solicitações da Prefeitura Municipal de Timon somente pelos servidores autorizados.

15.12. Informar à Contratante da ocorrência de qualquer ato, fato ou circunstância que possa atrasar prejudicar ou impedir o bom andamento da entrega dos materiais, sugerindo medidas para corrigir a situação;

15.13. Não ceder ou transferir, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do Contrato, sem prévia e formal anuência da Contratante;

15.14. Cumprir sistematicamente o cronograma estipulado pela Contratante, salvo motivo de força maior.

15.15. A contratada responsabiliza-se pela manutenção, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16. DOS ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

16.1. O Município de Timon/MA por sua Coordenação Geral de Controle de Licitações, com o fito de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 0123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 0147, de 2014, podem ser aplicados pela autoridade responsável pela licitação, procede à justificativa na forma que segue:



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

16.1.1. Considerando as disposições contidas no art. 47 e 48, da Lei Complementar nº 0123/06, modificada pela LC Nº 0147/14, que estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante;

16.1.2. Ademais, como forma de se admitirem critérios diferenciados de contratações para micro e pequenas empresas, a Lei Complementar Nº 0123/06 (alterada em 2014 pela Lei Complementar Nº 0147/14) define que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

16.1.3. Assim, dispõe a legislação que, em casos de licitações para celebração de contratos acima de R\$ 80.000,00, o ente público deverá estabelecer, desde que se trate de certame para a aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

16.2. Trata-se de um sistema de cotas criado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, garantindo a estas entidades a realização de licitação dividida em dois itens, sendo que um destes itens não admitirá a participação de pessoas jurídicas que não estejam contempladas no regime especial da Lei Complementar;

16.3. As Microempresas e Empresas de pequeno Porte poderão participar de ambos os itens da licitação, sendo classificadas dentro da ampla concorrência para a contratação de 75% (setenta e cinco por cento) do objeto e se submetendo a outra classificação, somente com empresas de mesmo porte, aos 25% (vinte e cinco por cento) restantes;

16.4. Finalmente, a regulamentação da Lei Complementar nº 0123/06, modificada pela LC nº 0147/14, nos termos dos §§ 2º e 3º e caput do 5º do Decreto Federal, de 05 de outubro de 2015, resolve estabelecer, quantitativos dos itens exclusivos desta licitação para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive as Microempreendedoras Individuais – MEI, na seguinte forma:

16.4.1. Os itens (Cota Reservada): correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades do produto, destinado à participação exclusiva das ME, MEI e EPP, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

16.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

16.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

16.7. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

16.8. Para fins de conclusão do certame licitatório e de conformidade com o art. 49, não se aplicam os benefícios dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, modificada pela LC nº 0147/14, quando as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive Microempresas Individuais – MEI, no caso concreto ocorrer:

- a) Não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

Proc Nº	825/25
Folha Nº	0202
Assinatura	

Subject: [Illegible]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

SECRET
[Illegible]



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

- b) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

16.9. Torna-se indispensável esclarecer o que significa a expressão “bens de natureza divisível”. São aqueles que podem ser adquiridos separadamente (licitação por item) sem que isso afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço. Em contrapartida, “bens de natureza não divisível” são aqueles que obrigam sua aquisição por lote ou por preço global, determinando aos licitantes que ofereçam proposta para a totalidade do objeto; se comprados separadamente prejudicarão o resultado esperado pela Administração.

16.10. A escolha do percentual referido no item 17.4.1. (cota reservada) é discricionariedade da Administração Pública, ou seja, ela pode reservar cota de 01 até 25% do objeto, conforme conveniência administrativa.

16.11. Para este registro, os itens cujo valor total estimado é igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) reservou-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, já os itens cujo valor estimado ultrapassa a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o percentual adotado para a cota reservada foi de 25% (vinte e cinco por cento), ficando um percentual de 75% (setenta e cinco por cento) para ampla concorrência.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. O FORNECEDOR ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, na forma do art. 155 da Lei nº 14.133/21:

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. A indicação da dotação orçamentaria da despesa fica dispensada, pois o objeto será licitado com sistema de registro de preços, sendo exigida para formalização do Contrato ou outro instrumento hábil.

20. DO PRAZO DE CONTRATO

20.1 O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura com prazo de até 12 (doze) meses, em observância a vigência dos créditos orçamentários e as necessidades da execução do objeto.

Timon (MA), 11 de Abril de 2024.

LAELTON ROBERTO SANTOS SILVEIRA

Diretor do Depto. de Compras – SEMAG

Portaria nº 0328/2021 – GP

Proc Nº	825/25
Folha Nº	0102
Assinatura	

**SEMS**

Portaria de Designação nº 021/2024 - FMS/SEMS
de 09 de Fevereiro de 2024.

Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão e a fiscalização do contrato nº051/2024 – SEMS.

O Secretário Municipal de Saúde De Timon, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 53 da Lei Municipal nº. 1.892/2013 e art. 80, incisos I e II, da Lei Orgânica do Município (LOM) e de acordo a Lei Municipal nº 2.220, de 27 de julho de 2021.

Considerando a Lei nº 8.666/1993, no seu art. 58, inc. III e art. 67, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos Contratos celebrados pela Administração Pública;

Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores adiante identificados, em prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem função de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como receber

o referido material e atestar formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde no que for relacionado ao contrato nº 051/2024.

SERVIDOR (A)	CPF
Gestor: Alexandre Soares Rodrigues Leite	066.684.213-26
Fiscal: Francisco das Chagas Mesquita Chaves	847.975.253-04
Fiscal: Lucas Eduardo Pinheiro de M. Sousa	067.452.633-35

Art. 2º - Estabelecer que caberá ao fiscal do contrato verificar a efetiva entrega dos Materiais e Atestar em Nota Fiscal o seu recebimento, bem como caberá ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

Art. 3º - Estabelecer que a prestação de serviços seja considerada relevante, mas não remunerada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar do dia 09/02/2024.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

EXTRATO DE DECISÃO DE RECURSO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1807/2023 - SEMED.

MODALIDADE: Concorrência nº 008/2023.

EXTRATO SRP

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
SRP Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0764/2024 - SEMAG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIMON – MA.

Pregoeira: Quésia Silva Feitosa

Adjudicação: 08/05/2024

Homologação: 13/05/2024

ITENS REGISTRADOS:

Fornecedor: M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ: 13.874.603/0001-64					
ITENS	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO
01	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticos transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses Cota Principal (75%) .	AREIA BRANCA	9.940	Und	R\$ 29,90
02	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticos transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%) .	AREIA BRANCA	3.313	Und	R\$ 29,90
03	ÁGUA MINERAL 20L (GALÃO) Água mineral sem gás garrafão de 20 litros, resinas virgens – material polietileno, policarbonato e polipropileno ou material que atenda às exigências da NBR 14.222/2013, com lacre de segurança, sobretudo no que se refere à transparência do garrafão, fundo texturizado em conformidade com as especificações da ANVISA, com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM que identifique as características e propriedades físico químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto, e deverão conter as informações sobre o número do lote, a data de industrialização e data de validade do produto. A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. A água deverá ter validade de no mínimo 12 (doze) meses e estar em conformidade com a norma NBR 14.638 e Portaria DNPM nº 358/2009 e devem vir com lacre de segurança e rótulo padrão, individualmente, acompanhados de lenço para assepsia – tipo sachê e proteção com camisa plástica – tipo saco em polietileno de alta densidade fina natural. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal nº 8.538/2015 .	AREIA BRANCA	2.506	Und	R\$ 10,00

OBSERVAÇÕES I:

- A empresa M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA vencedora é detentora da expectativa do direito em igual condição para efeito de liberação;
- Os itens serão entregues, conforme definido no Edital, na Ata da SRP;

CERTIFICADO DIGITALMENTE
E COM CARIMBO DE TEMPO

Praça São José, s/n, Centro / CEP: 65.636-160 CNPJ: 06.115.307/0001-14 – Timon - MA.

O Município de Timon/MA dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: www.timon.ma.gov.br/diario-oficial/



- A liberação ficará adstrita a indicação de dotação orçamentária que sustentará a despesa;
- O órgão/ente fará a solicitação do objeto conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários;
- A Ata de Registro nº 001/2024, integra este extrato parcial como se nele estivesse transcrito para todos os efeitos, no teor contido no processo administrativo nº 0764/2024.

OBSERVAÇÕES II:

EMPRESA: M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 13.874.603/0001-64
ENDEREÇO: Rua Projetada, nº 3458 – Bairro São Sebastião, na cidade de Codó – MA
REPRESENTANTE LEGAL: Rafael Silva de Assunção
E-MAIL: mrcafecodo@gmail.com
TELEFONE: (99) 98548-6410

CADASTRO RESERVA SRP Nº 001/2024

Seguindo a ordem de classificação, conforme Ranking do Processo em anexo, segue fornecedor que aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

EMPRESA: JLB PEREIRA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI
CNPJ: 26.314.540/0001-33
ENDEREÇO: Avenida Piauí, nº 1008 - Bairro Parque Piauí, Timon/MA – CEP: 65.631-030
REPRESENTANTE LEGAL: LAURA GOMES DOS SANTOS
E-MAIL: jlbeireli@gmail.com
TELEFONE: (86) 98809-7208

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
01	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticos transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses Cota Principal (75%) .	AREIA BRANCA	Und	9.940	R\$ 29,90
02	ÁGUA MINERAL 200 ML. Água mineral sem gás, envasada em copo plásticos transparentes de 200 ml, com impressão do nome do fabricante e registro no Ministério da Saúde. Pacotes/caixa com 48 copos devidamente lacrados. Validade do produto não inferior a 03 meses. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%) .	AREIA BRANCA	3.313	Und	R\$ 29,90

SEMPLAN

República Federativa do Brasil
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE TIMON

TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO**Livro Nº 008 Termo Nº 182/2024**

Termo administrativo de concessão de direito real de uso, que celebram, de um lado, como concedente O **MUNICÍPIO DE TIMON-MA**, representado pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) Municipal e de outro, o(a) concessionário(a) abaixo.

Pelo presente ajuste, o **MUNICÍPIO DE TIMON-MA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, regularmente inscrito no CNPJ/MF nº 06.115.307/0001-14, com sede na Praça São José, nº 110, neste ato representado pelo(a) Exmo(a). Sr (a). Prefeito(a) Municipal **DINAIR SEBASTIANA VELOSO DA SILVA** e o(a) Secretário(a) Municipal de Planejamento e Orçamento **DORGILAN RODRIGUES DA CRUZ** doravante denominados **CONCEDENTES**, cedem em favor de **FELIPE NERIS FERREIRA BARBOSA**, BRASILEIRO(A), CPF : **040.969.413-44**, Divorciado(a), o Direito Real do imóvel público adiante discriminado: Matrícula 21677, Livro 2BV, Folha 124 e Data de Registro 12/03/2004, consoante as cláusulas a seguir elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente Concessão de Direito Real de Uso tem por objeto a expedição de título de domínio do imóvel que apresenta a seguinte descrição, terreno situado na Quadra 178, lote 14 Rua **TIRADENTES**, Nº **265-A**, Bairro: **CIDADE NOVA**, **TIMON – MA**, medindo **10.00 m**, sentido Norte para **RUA TIRADENTES**, lado Oeste medindo **18.00 m**, limitando-se com **LOTE 12**, lado Leste medindo **18.00 m**, limitando-se com **LOTE 16**, lado Sul medindo **10.00 m**, limitando-se com **LOTE 13**, área regular com **180.00 m²**, conforme Memorial Descritivo, Revisão de Alinhamento e croquis constantes do Processo Administrativo nº 305/2023 avaliado em **R\$ 10.000.00**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA
CNPJ: 13.874.603/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:27:31 do dia 17/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/03/2025.

Código de controle da certidão: **4634.197D.EDB7.A90F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Proc Nº	825/25
Folha Nº	16
Assinatura	



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 052051/25

Data da

28/02/2025 14:31:52

Inscrição Estadual: 128364815

CPF/CNPJ: 13874603000164

Razão Social: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA

Endereço: RUA PROJETADA, 3458 B CEP: 65400000 - SAO SEBASTIAO

Telefone: (86)95659005

Município: CODO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 29/05/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 28/02/2025 14:31:52



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 019472/25

Data da

28/02/2025 14:32:58

Inscrição Estadual: 128364815

CPF/CNPJ: 13874603000164

Razão Social: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA

Endereço: RUA PROJETADA, 3458 B CEP: 65400000 - SAO SEBASTIAO

Telefone: (86)95659005

Município: CODO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 29/05/2025. ✓

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 28/02/2025 14:32:58



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO**

CNPJ: 06.104.863/0001-95

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
Nº 000102/2025**

DADOS DO SUJEITO PASSIVO	
NOME/RAZÃO SOCIAL	M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA
INSC. MUNICIPAL	210330713874603000164
CNPJ	13.874.603/0001-64
ATIVIDADE	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS
ENDEREÇO	RUA PROJETADA, 3458, B, SAO SEBASTIAO, CODO - MA

Ressalvando o Direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada que vierem a ser apuradas posteriormente, de acordo com o processo administrativo nº **Nº000717/2025** é certificado que não constam pendências em seu nome relativas à pessoa inscrita sob o CNPJ **CNPJ 13.874.603/0001-64**, inerentes aos tributos municipais:

- **Alvará de Localização e Funcionamento - ALV. DE LF**
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN

Esta certidão refere-se exclusivamente a situação da inscrição acima mencionada no que diz respeito aos tributos municipais.

Emitida às 12:58:20 hs do dia 13 de Fevereiro de 2025

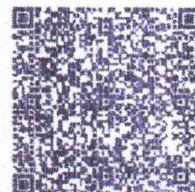
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Este documento é válido até 14 de Abril de 2025 (60 dias, a contar da data de emissão.)

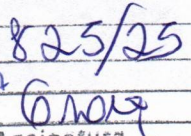
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

CODO - MA

Para verificar a autenticidade deste Documento, aproxime um leitor de QR Code na imagem ao lado ou acesse o site **www.tributosmunicipaisma.com.br**, escolha seu município, clique no link Verificar Autenticidade e digite o código verificador: **U34VVP250213**.




Elis Augusto Araújo Lima
Diretor de Tributos
Portaria: 032/2025
SEAD 13/01/2025

Proc Nº	825/25
Folha Nº	12
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO
CNPJ Nº 06.104.863/0001-95
Pça Ferreira Baima, 538 - Centro

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO

Nº 000075/2025

DADOS DO SUJEITO PASSIVO	
NOME/RAZÃO SOCIAL	M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA
ENDEREÇO	RUA PROJETADA, Nº 3458, B, SAO SEBASTIAO - CODO, 65400-000
INSC. MUNICIPAL	210330713874603000164
CPF/CNPJ	13.874.603/0001-64
ATIVIDADE	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas do sujeito passivo acima identificado, que vieram a ser apuradas. É certificado que nesta data não constam pendências em seu nome, relativas aos Tributos Municipais de acordo com o Processo Administrativo nº **000717**

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da inscrição acima mencionada no que diz respeito aos tributos municipais.

Emitida às 12:59:27 hs do dia 13 de Fevereiro de 2025

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

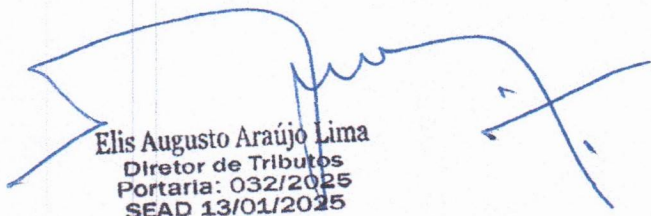
Este documento é válido até 14 de Abril de 2025 (60 dias, a contar da data de emissão.)

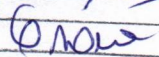
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

CODO - MA

Para verificar a autenticidade deste Documento, aproxime um leitor de QR Code na imagem ao lado ou acesse o site **www.tributosmunicipaisma.com.br**, escolha seu município, clique no link Verificar Autenticidade e digite o código verificador: **0FWJPX250213**.




Elis Augusto Araújo Lima
Diretor de Tributos
Portaria: 032/2025
SEAD 13/01/2025

Proc Nº	825/23
Folha Nº	19
Assinatura	

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 13.874.603/0001-64
Razão Social: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA
Endereço: RUA PROJETADA 3458 B / SAO SEBASTIAO / CODO / MA / 65400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/01/2025 a 01/03/2025 ✓

Certificação Número: 2025013110046074306752

Informação obtida em 06/02/2025 11:22:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Proc N°	825/25
Folha N°	20
Assinatura	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 13.874.603/0001-64
Certidão nº: 63755068/2024
Expedição: 16/09/2024, às 09:53:19
Validade: 15/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.874.603/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Proc Nº	825/23
Folha Nº	216
Assinatura	



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA**

CPF/CNPJ: **13.874.603/0001-64**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:51:08 do dia 28/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 2CXT280325115108

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA**

CPF/CNPJ: **13.874.603/0001-64**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:53:36 do dia 28/03/2025 , com validade até o dia 27/04/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: jpTT6XpgOp0LNjz2vFiT

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.874.603/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/03/2011
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MR CAFE COMERCIO E SERVICO	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios 46.34-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados 46.34-6-02 - Comércio atacadista de aves abatidas e derivados 46.34-6-03 - Comércio atacadista de pescados e frutos do mar 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças 46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens 46.91-5-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues 47.22-9-02 - Peixaria 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.51-2-02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R PROJETADA	NÚMERO 3458	COMPLEMENTO : B;
----------------------------------	-----------------------	----------------------------

CEP 65.400-000	BAIRRO/DISTRITO SAO SEBASTIAO	MUNICÍPIO CODO	UF MA
--------------------------	---	--------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO MRCAFECODO@GMAIL.COM	TELEFONE (99) 348-6410
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/05/2023
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/12/2024** às **14:46:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/3

Proc N°	825/25
Folha N°	23
Assinatura	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.874.603/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/03/2011
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria
47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos
47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R PROJETADA	NÚMERO 3458	COMPLEMENTO : B;
---------------------------	----------------	---------------------

CEP 65.400-000	BAIRRO/DISTRITO SAO SEBASTIAO	MUNICÍPIO CODD	UF MA
-------------------	----------------------------------	-------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO MIRCAFECODO@GMAIL.COM	TELEFONE (99) 8548-6410
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/05/2023
-----------------------------	--

Folha Nº 24
Assinatura

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2024 às 14:46:04 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3

Proc. N°	825/25
Folha N°	05
Assinatura	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.874.603/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/03/2011
NOME EMPRESARIAL M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R PROJETADA	NÚMERO 3458	COMPLEMENTO : B;
CEP 65.400-000	BAIRRO/DISTRITO SAO SEBASTIAO	MUNICÍPIO CODO
ENDERECO ELETRONICO MRCAFECODO@GMAIL.COM	TELEFONE (99) 8548-6410	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/05/2023	
Rótulo de Situação Cadastral		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		
DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Folha Nº 24
Assinatura
825/25
CNPJ

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.
Emitido no dia 30/12/2024 às 14:46:04 (data e hora de Brasília).

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2025

MINUTA DE TERMO DE
CONTRATO Nº ____/2025
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO
DE TIMON-MA, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E
CIDADANIA DE TIMON E A
EMPRESA M R CAFÉ COMÉRCIO E
SERVIÇO LTDA.

O MUNICÍPIO DE TIMON/MA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON - MA, pessoa jurídica de direito público, inscrito(a) no CNPJ sob o número 06.115.307/0001-14, sediada na Praça São José, s/n, Centro, Timon - MA, neste ato representado pela Secretária de Segurança do Município, a senhora **MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE**, nomeada pela Portaria nº 026/2025, de 01/01/2025, publicada no Diário Oficial do Município, em 01/01/2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 13.874.603/0001-64, com sede na Rua Projetada, 3458, São Sebastião, Codó - MA, neste ato representada por **RAFAEL SILVA ASSUNÇÃO**, sócio, conforme atos constitutivos da empresa apresentado aos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**, oriundo do Processo Administrativo nº 764/2024, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TIMON – MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AGUA MINERAL 200 ML.	Areia Branca	UND	120	R\$ 29,90	R\$ 3.588,00
03	ÁGUA MINERAL 20L (GALAO)	Areia Branca	UND	150	R\$ 10,00	R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO					R\$ 5.088,00	



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **4 (quatro) meses** contados da assinatura do instrumento contratual na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 5.088,00** (cinco mil e oitenta e oito reais e zero centavos)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Os pagamentos ao contratado serão efetuados, em moeda corrente nacional, no prazo máximo de até **05 (cinco)** dias úteis do mês subsequente ao fornecimento, ou em outro prazo inferior que poderá ser ajustado com o contratante.

6.2. O pagamento deverá ser efetuado mediante depósito na Conta Única nº 018759-7, Agência 224, do Banco do Nordeste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis durante toda a vigência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV).

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Repassar todas as informações necessárias para a execução do objeto.

8.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

CLASSE SEXTA - PAGAMENTO DE PREÇO (art. 92, VI)

1. O valor total do contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil e zero reais e zero centavos).

CLASSE SÉTIMA - PAGAMENTO DE PREÇO (art. 92, VII)

1. O valor total do contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil e zero reais e zero centavos).

CLASSE OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLASSE OITAVA - PREÇO (art. 92, VI)

1. O valor total do contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil e zero reais e zero centavos).

2. Não serão aceitos valores inferiores ao preço unitário estabelecido no Edital, sob pena de desclassificação da proposta.

3. O valor unitário é determinado pelo valor médio das propostas recebidas, arredondado para cima.

CLASSE SÉTIMA - PAGAMENTO DE PREÇO (art. 92, VII)

1. O pagamento do contrato será efetuado em parcelas mensais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais e zero centavos).

2. O pagamento deverá ser efetuado mediante depósito em nome da Prefeitura Municipal de Timon, no Banco do Brasil S.A.

CLASSE SÉTIMA - RESCISÃO (art. 92, VII)

1. O preço fixado no contrato não é reajustável durante toda a vigência.

CLASSE OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, VII)

1. O contratado deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital.

2. O contratado deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, sob pena de rescisão do contrato.

3. O contratado deverá apresentar todas as informações necessárias para a execução do contrato.

4. O contratado deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, sob pena de rescisão do contrato.

5. O contratado deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, sob pena de rescisão do contrato.

6. O contratado deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, sob pena de rescisão do contrato.

7. O contratado deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, sob pena de rescisão do contrato.

8. O contratado deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, sob pena de rescisão do contrato.

- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

In the second section, the focus shifts to the implementation of these practices across different departments. It describes the challenges faced during the process and the strategies employed to overcome them. The document highlights the role of each department in ensuring that the data is correctly recorded and reported.

The third part of the document provides a detailed overview of the results achieved. It compares the current state of the organization's records with the initial goals set at the beginning of the project. The text shows a significant improvement in the accuracy and completeness of the data, which has led to more informed decision-making.

Finally, the document concludes with a series of recommendations for future actions. It suggests that the organization should continue to refine its record-keeping processes and regularly review the data to ensure it remains relevant and useful. The text also mentions the importance of ongoing training and support for the staff involved in the process.

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year.

2. The second part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

3. The third part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

4. The fourth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

5. The fifth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

6. The sixth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

7. The seventh part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

8. The eighth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

9. The ninth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2% (dois por cento);

- a. O atraso superior a cinco dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 2% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infrações descritas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 10% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

The following information was obtained from the records of the Department of the Interior, Bureau of Land Management, regarding the land owned by the United States in the State of California.

The land is located in the County of [County Name], State of California, and is situated in the [Section Number] of the [Township Number] North, [Range Number] East, [Meridian Number] North, [County Name] County, California.

The land is described as follows: [Detailed description of the land, including its size, location, and any other relevant information.]

The land is owned by the United States of America, and is being offered for sale to the highest bidder.

The sale will take place on [Date] at [Time] in the [Location] of the [County Name] County, California.

The following information was obtained from the records of the Department of the Interior, Bureau of Land Management, regarding the land owned by the United States in the State of California.

The land is located in the County of [County Name], State of California, and is situated in the [Section Number] of the [Township Number] North, [Range Number] East, [Meridian Number] North, [County Name] County, California.

The land is described as follows: [Detailed description of the land, including its size, location, and any other relevant information.]

The land is owned by the United States of America, and is being offered for sale to the highest bidder.

The sale will take place on [Date] at [Time] in the [Location] of the [County Name] County, California.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Unidade: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania

II. Fonte de Recursos: 1.500 – recursos próprios do município

III. Programa de Trabalho: 2063

IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

[Faint, illegible text covering the majority of the page, likely bleed-through from the reverse side.]

1-11-41
[Signature]

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

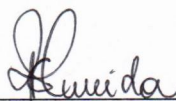
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e no Diário Oficial do Município.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da cidade de Timon – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Timon, 06 de março de 2025.



Mariely de Almeida Vilhena Ponte
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
DE TIMON - MA
CONTRATANTE

Rafael Silva Assunção
M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2 - _____

PARECER JURÍDICO Nº 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 825/2025 – SEMSPC

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATOS. AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. REGULARIDADE DO PROCESSO. RESPEITO AO PREVISTO NA LEI Nº 14.133/2021. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO.

I - RELATÓRIO

Trata o presente parecer acerca da possibilidade de realização de **aquisição de água mineral**, por meio de **Ata de Registro de Preços**, com fundamento no **Processo Licitatório nº 0764/2024 – SEMAG**, para atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania – SEMSPC**.

O objetivo da aquisição é garantir o fornecimento de **água potável aos servidores e agentes públicos** da Secretaria, possibilitando **condições adequadas de trabalho**, bem como a manutenção da **saúde, segurança e bem-estar** dos profissionais.

O valor estimado da aquisição é de **R\$ 5.088,00 (cinco mil e oitenta e oito reais)**, abrangendo **120 unidades de água mineral em copo de 200 ml e 150 unidades de galões de 20 litros**, conforme especificado na **Solicitação de Despesa SAPAD nº 02/2025**.

A despesa será custeada com **recursos próprios do município**, conforme dotação orçamentária alocada no **Projeto/Atividade 2063, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.**

É o breve e sucinto relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Saliente-se, inicialmente, que a presente análise está adstrita aos aspectos jurídicos que permeiam a solicitação objeto dos autos, estando ressalvados, desde logo, quaisquer aspectos técnicos, econômicos, financeiros e/ou orçamentários não abrangidos pela alçada desta Assessoria.

2012-11-11
C. J. Taylor

O procedimento de aquisição está respaldado na **Lei nº 14.133/2021**, que regula as contratações públicas, especialmente no que concerne ao **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, permitindo a contratação sob demanda, de forma eficiente e racional, evitando desperdícios de recursos públicos.

A referida aquisição atende aos princípios da **eficiência, economicidade e razoabilidade**, uma vez que se trata de um bem de consumo essencial para a manutenção das condições adequadas de trabalho dos servidores.

Ainda, o **Termo de Referência do processo licitatório** demonstra que a contratação da empresa vencedora do certame se deu de maneira regular, respeitando os critérios de julgamento de menor preço, conforme previsão no edital e demais documentos anexos ao procedimento.

Portanto, considerando os documentos apresentados, **não se identificam vícios ou irregularidades que impeçam a continuidade do procedimento.**

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que o presente processo **atende aos requisitos legais e administrativos exigidos**, estando devidamente instruído com os documentos necessários.

Assim, **opina-se pela viabilidade jurídica da aquisição**, recomendando-se o prosseguimento do feito e a remessa à **Procuradoria Jurídica do Município** para **homologação e parecer final**, garantindo a legalidade e regularidade do procedimento.

Timon - MA, 06 de março de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br ROSSANA SANTOS SABOIA
Data: 06/03/2025 11:26:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROSSANA SANTOS SABOIA

Assessora Jurídica

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria nº 0128/2025-GP

Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

OFÍCIO Nº 69/2025

Timon-MA, 06 DE MARÇO DE 2025

À Ilma. Sra.
Amanda Waquim
Procuradora-Geral do Município
Procuradoria Jurídica do Município de Timon – MA

Assunto: Encaminhamento de Processo para Análise e Homologação

Ilustríssima Procuradora,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho para apreciação dessa Procuradoria Jurídica o Processo Administrativo nº 825/2025 – SEMSPC, que trata da aquisição de água mineral para a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania – SEMSPC, conforme Ata de Registro de Preços nº 001/2024.

O referido processo encontra-se instruído com toda a documentação necessária, incluindo o Parecer Jurídico nº 01/2025, no qual se manifesta pela viabilidade jurídica da aquisição. **Dessa forma, solicita-se a análise e homologação por Vossa Senhoria, a fim de garantir a regularidade do procedimento.**

Agradeço desde já pela atenção dispensada e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP

PGM
RECEBIDO
Em 06/03/25
Thomaz 6. Zocanos



TIMON
PREFEITURA

Construindo
agora o futuro

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
Procuradoria Geral do Município – PGM

timon.ma.gov.br

OFÍCIO nº 230/2025

Timon(MA), 17 de fevereiro de 2025

Assunto: Homologação de Parecer Jurídico

Ilma. Sra.

Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania

Sra. MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE

Após análise detalhada e considerações do parecer jurídico nº 01/2025 emitido pela assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania (SEMSPC), referente ao Processo Administrativo nº 825/2025, que tem como objeto a adesão a Ata de Registro de Preços nº 001/2024 para aquisição de água mineral, informamos que, tendo em vista a consistência e a conformidade com a legislação vigente, esta Procuradora Geral do Município de Timon, em acordo com o art. 27, da Lei Municipal nº 1892/2013 c/c o art. 3º, IX e art. 6º, caput, da LC Municipal 020/2012, no exercício de suas funções, HOMOLOGA o referido parecer.

Aprovado o parecer, entendemos que ele está em total consonância com as normas e princípios jurídicos aplicáveis, o que autoriza o prosseguimento da matéria conforme orientações ali contidas. Portanto, o parecer jurídico ora homologado deve ser utilizado para as devidas providências no âmbito da Secretaria e demais setores envolvidos.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


Amanda Almeida Waquim
Procuradora Geral do Município
Portaria nº 087/2025

CONTRATO Nº 06/2025

**TERMO DE CONTRATO Nº 06/2025
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO
DE TIMON-MA, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E
CIDADANIA DE TIMON E A
EMPRESA M R CAFÉ COMÉRCIO E
SERVIÇO LTDA.**

O MUNICÍPIO DE TIMON/MA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON - MA, pessoa jurídica de direito público, inscrito(a) no CNPJ sob o número 06.115.307/0001-14, sediada na Praça São José, s/n, Centro, Timon - MA, neste ato representado pela Secretária de Segurança do Município, a senhora **MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE**, nomeada pela Portaria nº 026/2025, de 01/01/2025, publicada no Diário Oficial do Município, em 01/01/2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 13.874.603/0001-64, com sede na Rua Projetada, 3458, São Sebastião, Codó - MA, neste ato representada por **RAFAEL SILVA ASSUNÇÃO**, sócio, conforme atos constitutivos da empresa apresentado aos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**, oriundo do Processo Administrativo nº 764/2024, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TIMON – MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA MINERAL 200 ML.	Areia Branca	UND	120	R\$ 29,90	R\$ 3.588,00
03	ÁGUA MINERAL 20L (GALÃO)	Areia Branca	UND	150	R\$ 10,00	R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO					R\$ 5.088,00	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **4 (quatro) meses** contados da assinatura do instrumento contratual na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 5.088,00** (cinco mil e oitenta e oito reais e zero centavos)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Os pagamentos ao contratado serão efetuados, em moeda corrente nacional, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias** úteis do mês subsequente ao fornecimento, ou em outro prazo inferior que poderá ser ajustado com o contratante.

6.2. O pagamento deverá ser efetuado mediante depósito na Conta Única nº 018759-7, Agência 224, do Banco do Nordeste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis durante toda a vigência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV).

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Repassar todas as informações necessárias para a execução do objeto.

8.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2% (dois por cento);
 - a. O atraso superior a cinco dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 2% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “e” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infrações descritas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 10% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Unidade: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania

II. Fonte de Recursos: 1.500 – recursos próprios do município

III. Programa de Trabalho: 2063

IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

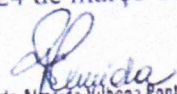
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e no Diário Oficial do Município.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da cidade de Timon – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Timon, 24 de março de 2025.


Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

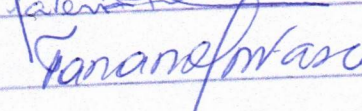
Mariely de Almeida Vilhena Ponte
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
DE TIMON - MA
CONTRATANTE

M R CAFE COMERCIO E SERVICO
LTDA:13874603000164

Assinado de forma digital por M R CAFE
COMERCIO E SERVICO LTDA:13874603000164
Dados: 2025.03.25 11:28:56 -03'00'

Rafael Silva Assunção
M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 -  429029323-91
2 -  003.062.833-44

TERMO DE CONFORMIDADE

Declaro, para os devidos fins, que o **Contrato nº 06/2025**, firmado entre o **Município de Timon/MA**, por meio da **Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania**, e a empresa **M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, cujo objeto é a **aquisição de água mineral**, encontra-se **em conformidade com a legislação vigente**, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como com a **minuta contratual**, o **Termo de Referência Consolidado nº 0764/2024 – SEMAG** e demais documentos integrantes do **Pregão Eletrônico nº 007/2024**, do qual decorreu a contratação.

Reafirma-se, ainda, que o instrumento contratual atende aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estando apto a produzir os seus regulares efeitos.

Timon – MA, 28 de março de 2025.

MARIELY DE
ALMEIDA VILHENA
PONTE:781089853
15

Assinado de forma digital por
MARIELY DE ALMEIDA VILHENA
PONTE:78108985315
Dados: 2025.03.28 09:36:44 -03'00'

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTES
SECRETÁRIA - PORTARIA: 026/2025 GP

OFÍCIO Nº 109/2025 – SEMSPC

Ao
Senhor **Paraguaçu Santos Veras Filho**
Controlador Geral do Município
Controladoria Geral do Município de Timon – CGM
Rua Coronel Falcão, 438, Timon-MA

Assunto: Encaminhamento de processo para análise do controle interno

Senhor Controlador,

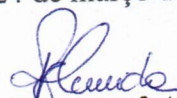
Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Senhoria, para fins de análise do controle interno e emissão de parecer final, o processo administrativo nº **0825/2025**, referente à contratação da empresa **M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, CNPJ nº **13.874.603/0001-64**, para **aquisição de água mineral**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, por meio de **adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2024 – Pregão Eletrônico nº 07/2024**, conforme extrato de contrato anexo.

O referido contrato, firmado em **24 de março de 2025**, tem vigência de **04 (quatro) meses**, com valor global de **R\$ 5.088,00 (cinco mil e oitenta e oito reais)**, e visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

Sendo o que se apresenta para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos e aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Timon-MA, 24 de março de 2025



Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretária Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC
Mat. 9221214

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP



PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 8/021301

Conclusão: Parecer Pleno

PROCESSO Nº	825/2025
ORGAO/ENTIDADE	SEMSPC
CONTRATO Nº	06/2025
Valor da análise (R\$)	R\$ 5.088,00

I. Introdução

Analisei o processo nº 825/2025, de (os) aspectos técnicos do Contrato nº 006/2025, firmado entre o Município de Timon - MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania e a Empresa M. R. Café Comércio e Serviço Ltda, que tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de água mineral sem gás (copos de 200 ML e galão 20 L), para atender às necessidades do Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon - MA, de acordo com o Processo Administrativa nº 0764/2024 e Pregão Eletrônico nº 007/2024, conforme roteiro de Análise de Contrato Administrativo - Lei 14.133/21, previamente definido pela CGM, conforme demonstrado a seguir.

II. Análise

Legenda: S = Sim N = Não

Pergunta	S	N
1. Foi formalizado Processo Administrativo referente à Solicitação de Celebração de Contrato? Qual o Número do Processo Administrativo referente a Solicitação de Celebração de Contrato? R.: 825 /2025	X	
2. Trata-se de Análise de Contrato proveniente de Ata SRP? Qual o Número da Ata SRP? R.: ATA SRP Nº 001/2024. Qual o Número do Pregão e do Processo Administrativo? R.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 e PROCESSO ADM. Nº 0764/2024 - SEMAG.	X	
7. Consta no Processo toda a documentação exigida conforme Nota Técnica CGM nº 03/2021? ☒ Ofício de Solicitação de Liberação. ☒ Liberação. ☒ Cópia de Extrato da Ata SRP. ☒ Certidão emitida pelo Contratante, declarando a conformidade entre o Termo de Contrato, a Minuta e o Termo de Referência presentes no Procedimento Licitatório, emitida conforme Anexo I da Nota Técnica Nº 003/2021- CGM. ☒ Certidão de Regularidade Fiscal, Previdenciária e de Débitos Trabalhistas da Contratada. ☒ Prova de que a Contratada não tenha sido declarada Inidônea ou Suspensa no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da CGU e Certidão Negativa do TCU. ☒ Portaria do Gestor e Fiscal do Contrato. ☒ Termo de Contrato. ☒ Minuta do Extrato de Publicação do Contrato.	X	

Pergunta	S	N
8. A Ata de Registro de Preços está com validade não superior a um ano, conforme Art. 84 da Lei 14.133/21? Qual a Data da Publicação da Ata SRP? R.: 23/05/2024	X	
9. A Liberação foi realizada observando-se a Ordem de Classificação entre os Licitantes, de acordo com o Art. 90 da Lei 14.133/21? Qual o Licitante Vencedor? R.: M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA Qual o Número e a Data da Liberação? R.: Liberação nº 13/2025, de 26/02/2025	X	
10. O Objeto e os Itens constantes na Liberação estão de acordo com a Ata SRP no que se refere à Descrição, Marca, Unidade de Medida, Quantitativo e Valor, de acordo com o Art. 89, § 1º da lei 14.133/21?	X	
11. O Contrato está de acordo com a Minuta aprovada no Procedimento de Contratação, conforme Art. 89, § 1º da lei 14.133/21? Observação: Conforme Certidão de Conformidade emitida em 28/03/2025.	X	
12. Consta nos autos do Processo algum Registro de Sanção à Empresa Contratada, cujos efeitos a torne proibida de celebrar Contrato Administrativo e alcancem a Administração Contratante, conforme consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da CGU e ao Sistema de Inabilitados e Inidôneos do TCU, conforme o Art.91, § 4º da Lei 14.133/21?		X
13. A Qualificação do Contrato está de acordo com o estabelecido no Art. 89 da Lei 14.133/21, constando: os Nomes das Partes e os de seus Representantes, a Finalidade, o Ato que autorizou sua lavratura, o Número do Processo da Licitação ou da Contratação Direta e a sujeição dos Contratantes às normas desta Lei e às suas Cláusulas Contratuais ?	X	
14. O Representante constante na Qualificação do Contrato está de acordo com o informado no Procedimento de Contratação, de acordo com o Art. 89, §1º da Lei 14.133/21?	X	
16. O Objeto e os Itens constantes no Contrato estão de acordo com a Liberação e com a Ata SRP, no que se refere à Descrição, Marca, Unidade de Medida, Quantitativo e Valor, de acordo com o Art. 89, § 1º da lei 14.133/21?	X	

Pergunta	S	N
17. Consta no Contrato todas as Cláusulas necessárias, conforme dispõe o Art. 92 da Lei 14.133/21? ☒ I- O Objeto e seus Elementos característicos. ☒ II - A vinculação ao Edital de Licitação e à Proposta do Licitante vencedor ou ao Ato que tiver autorizado a Contratação Direta e à respectiva Proposta. ☒ III - A Legislação aplicável à execução do Contrato, inclusive quanto aos Casos Omissos. ☒ IV - O Regime de Execução ou a Forma de Fornecimento. ☒ V - O Preço e as Condições de Pagamento, os Critérios, a Data-base e a Periodicidade do Reajustamento de Preços e os Critérios de Atualização Monetária entre a Data do Adimplemento das Obrigações e a do efetivo pagamento. ☒ VI - Os Critérios e a Periodicidade da Medição, quando for o caso, e o Prazo para Liquidação e para Pagamento. ☒ VII - Os Prazos de Início das Etapas de Execução, Conclusão, Entrega, Observação e Recebimento Definitivo, quando for o caso. ☒ VIII - O Crédito pelo qual correrá a Despesa, com a indicação da Classificação Funcional Programática e da Categoria Econômica. ☒ IX - A Matriz de Risco, quando for o caso. ☒ X - O Prazo para resposta ao Pedido de Repactuação de Preços, quando for o caso. ☒ XI - O Prazo para resposta ao Pedido de Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro, quando for o caso. ☒ XII - As Garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo Contratado no caso de Antecipação de Valores a Título de Pagamento. ☒ XIII - O Prazo de Garantia Mínima do Objeto, observados os Prazos Mínimos estabelecidos nesta Lei e nas Normas Técnicas Aplicáveis, e às condições de Manutenção e Assistência Técnica, quando for o caso. ☒ XIV ? Os Direitos e as Responsabilidades das Partes, as Penalidades cabíveis e os Valores das Multas e suas Bases de Cálculo. ☒ XV ? As Condições de Importação, a Data e a Taxa de Câmbio para Conversão, quando for o caso. ☒ XVI ? A Obrigação do Contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as Obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a Habilitação na Licitação, ou para Qualificação na Contratação Direta. ☒ XVII ? A Obrigação de o Contratado cumprir as exigências de Reserva de Cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para Pessoa com Deficiência, para Reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz. ☒ XVIII ? O Modelo de Gestão do Contrato, observados os requisitos definidos em Regulamento. ☒ XIX ? Os Casos de Extinção.	X	
18. O Crédito Orçamentário pelo qual correrá a Despesa com indicação da Classificação Funcional Programática e da Categoria Econômica constante no Contrato está de acordo com o previsto no Procedimento de Contratação e com o Objeto, conforme o Art. 92 da Lei 14.133/21? Observação: Conforme Folha de Informação Orçamentária nº 023/2025	X	
19. A Vigência do Contrato está em conformidade com o estabelecido no Art. 105 da Lei 14.133/21, constando Início e Término? Qual a Vigência do Contrato? R.: <i>4 (quatro) meses, a contar da assinatura do contrato (24/03/2025)</i>	X	

Pergunta	S	N
20. Há indicação de Representantes da Administração especialmente designados para Acompanham e Fiscalizarem a Execução do Contrato, conforme o Art. 117, c/c o Art. 7, § 3º da Lei 14.133/21? Qual o Nome dos(as) Servidor(es/as) designados(as) para Acompanham e Fiscalizarem a Execução do Contrato? R.: <i>PATRÍCIA BARBOSA DOS SANTOS - Gestora; NATÉRCIA MARIA BASÍLIO ROCHA SANTANA - Fiscal</i> Qual o Número da Portaria de Designação de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato? R.: <i>Portaria nº 013, de 24/03/2025</i>	X	
21. O Foro estabelecido no Contrato é o da Sede da Administração, conforme o Art. 92, § 1º e seus incisos?	X	
22. O Contrato em análise está em conformidade com o estabelecido na Lei 14.133/21 e com as determinações da Nota Técnica CGM nº 03/2021?	X	
Conforme estabelecido no roteiro, as seguintes questões não se aplicaram à análise: 3, 4, 5, 6, 15 .		

III. Conclusão

Em razão de não haver indícios de irregularidades ou impropriedades nos autos, de acordo com os requisitos analisados, concluo que a contratação deverá ser encaminhada para os procedimentos cabíveis.

Timon-MA, 28 de março de 2025.

Daniele Bastos Lima
Daniele Bastos Lima
Mat.: 9220426-1
Coordenadora de Correição

Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

Ofício Nº: 131/2025/SEMSPC/GAB

TIMON-MA, 31 de março de 2025

Ilmo. Sr.

Paulo Ryldon Claudino de Oliveira Costa

Diário Oficial do Estado do Piauí

Secretário de Municipal de Governo

Praça São José, S/N, Centro, CEP 65636-160 - Timon- MA

Assunto: Publicação de Extrato do Contrato nº 006/2025 e Portaria nº 013/2025

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o nº da Portaria.

Senhor Secretário,

Com os nossos cumprimentos, encaminhamos a V. S^a. o **Extrato do Contrato e Portaria de Gestor e Contrato nº 013/2025**, referente ao Contrato nº 006/2025.

Dessa forma, solicitamos a publicação da referida Portaria no **Diário Oficial**.

Desde já, agradecemos a atenção e aguardamos o vosso pronto atendimento.

Atenciosamente,

Timon-MA, 31 de março de 2025

Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretária Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC
M01-922424

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP

*Recebido em
31/03/2025
Paulo Ryldon Claudino*

Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

PORTARIA Nº 013, DE 24 DE MARÇO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como fiscal e gestor de contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA, DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1962, de 10 de dezembro de 2013.

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos contratos celebrados pela Administração Pública;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade,

RESOLVE

Art. 1º- Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de **gestor e fiscal**, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como receber o referido serviço e atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), a(s) nota(s) fiscal(ais) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania no que for relacionado ao **Contrato nº 006/2025** que tem como **objeto**: aquisição de água mineral, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon – MA:

GESTOR	PATRÍCIA BARBOSA DOS SANTOS	MATRÍCULA: 920396
FISCAL	NATRICIA MARIA ROCHA SANTANA	MATRÍCULA: 9220016

Art.2º - Estabelecer que caberá a Fiscal do Contrato verificar a efetiva execução dos serviços e Atestar em Nota Fiscal, bem como ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON-MA, em 24 de março de 2025.


Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP

*Recebido em
31/03/2025
Tulliana Vilhena*

PORTARIA Nº 013, DE 24 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como fiscal e gestor de contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1982, de 10 de dezembro de 2013,

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representação da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos contratos celebrados pela Administração Pública;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, respectivamente, designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

RESOLVE

Art. 1º - Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores abaixo identificados, para exercerem as atribuições de gestores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como receber o referido serviço e prestar formalmente aos autos (art. 1º, parágrafo 1º), a(s) com(is) fiscal(is) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania no que for relacionado ao Contrato nº 006/2022 que tem como objeto: aquisição de água mineral para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon - MA.

gestor	FATIMA BARBOSA DOS SANTOS	MATRICULA 920396
fiscal	NATÁLIA MARIA ROCHA SANTANA	MATRICULA 923006

Art. 2º - Estabelecer que o gestor e o fiscal do contrato deverão exercer as atribuições e atividades em nota fiscal, bem como no gestor no contrato, realizar a fiscalização e assinatura de respectivos instrumentos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

CABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON-MA
 em 24 de março de 2022.

Maria Y de Almeida Ladeira
 Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania
 Timon - MA

MARIA Y DE ALMEIDA LADEIRA
 Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania
 Portaria Nº 026/2022-SP

Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2025 – SEMSPC	
OBJETO	Aquisição de água mineral, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon – MA.
FUNDAMENTAÇÃO	Lei nº 14.133/2021.
PROCESSO ADMINISTRATIVO	0825/2025
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Adesão a Ata de Registro de Preço nº 01/2024 – Pregão Eletrônico nº 07/2024
CONTRATANTE	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de TIMON – MA
CONTRATADA	M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ DA CONTRATADA	13.874.603/0001-64
VALOR GLOBAL	R\$ 5.088,00 (cinco mil e oitenta e oito reais)
DATA DE ASSINATURA	24/03/2025
VIGÊNCIA	12 meses
SIGINATÁRIOS	Contratante: Mariely de almeida Vilhena Ponte Contratado: Rafael Silva Assunção


Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretária Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC
Mat. 9221214

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP

*Recebido em
31/03/2025
Tulliana Vilhena*

OBJETO	Adquirição de água mineral para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon - MA.
FUNDAMENTAÇÃO	Lei nº 14.113/2021.
PROCESSO ADMINISTRATIVO	0925/2022
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Adesão RAA de Registro de Preço nº 01/2022 - 1º e 2º lote.
CONTRATANTE	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de TIMON - MA.
CONTRATADA	M R CATE COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ DA CONTRATADA	13.874.007/0001-54
VALOR GLOBAL	R\$ 2.068,00 (dois mil e oitenta e oito reais)
DATA DE ASSINATURA	24/03/2022
VIGÊNCIA	12 meses
SIGNATÁRIOS	Contratante: Mariely de Almeida Vilhena Pontes Contratado: Rafael Silva Assunção

Mariely de Almeida Vilhena Pontes
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC
Márcia 02/03/22

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTES
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Poderes Nº 026/2022-GP



CARLOS MACIEL SILVA MOREIRA 05498394373	28.442.117/0001-44	2503017500100043302
F DAS C DE ABREU OLIVEIRA JUNIOR	24.229.992/0001-81	2503017500100040301
ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA	06.099.229/0001-01	2503017500100039301
ROBSON KUMMETZ	35.750.254/0001-01	2503017500100038301
T C A DA EDUCAÇÃO INFANTIL LTDA	59.458.057/0001-81	2503017500100037301
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA	07.195.358/0001-66	2503017500100034301
W ARRUDA DE SOUZA CONSORCIO LTDA	50.988.558/0001-03	2503017500100020301
W ARRUDA DE SOUZA CONSORCIO LTDA	50.988.558/0001-03	2503017500100011301
FILADD BRASIL EIRELI	41.337.976/0001-31	2503017500100027301
INSTITUTO DE ENSINO O PROGRESSO LTDA	63.507.016/0002-96	2503017500100026301
SEGUE SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA	47.062.939/0001-44	2503017500100018303

Timon-MA, 31 de março de 2025

ANSELMO VIEIRA DA SILVA
Diretor Municipal – Viva/Procon Timon-MA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 04/2025 VIVA/PROCON**

A DIRETORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – VIVA/PROCON no uso de suas atribuições e valendo-se do disposto na Lei Federal 8.078/1990 regulamentada pelo decreto 2.181/1997 e Decreto Municipal nº 37/2016 **NOTIFICA** por edital, nos termos do art. 52, Decreto Municipal nº 37/2016, as **pessoas jurídicas abaixo descritas, para comparecerem a audiência de conciliação agendada conforme descrição a seguir, a ser realizada na sala de audiência do Procon Municipal de Timon/MA situado na Av. Piauí, Lojas 275/276, Cocal Shopping, Bairro Centro, Timon-MA, CEP 65630-902.** Fica a pessoa jurídica também notificada a apresentar, em audiência, resposta escrita, em relação aos fatos ora notificados, nos termos do artigo 42 do decreto federal nº 2.181/1997. **Ressalva-se que esta Diretoria possui sistema eletrônico para protocolizar defesas de CARTA e AUDIÊNCIA via Web, porém é necessário a efetivação de cadastro para que possa utilizar a nossa ferramenta. Informe-se através do site:** <https://www.procon.ma.gov.br/adesao-eletronica-do-fornecedor/>.

FORNECEDOR	CNPJ	NUMERO DE ATENDIMENTO (Processo nº)	DATA DE AUDIÊNCIA
R ARAUJO DE ALMEIDA LTDA	43.641.639/0001-69	2502017500100035301	14/04/2025 ÀS 09:00
W ARRUDA DE SOUZA CONSORCIO LTDA	50.988.558/0001-03	2501017500100009301	02/04/2025 ÀS 14:00
VENTMEAR BRASIL S.A.	52.868.380/0001-84	2502017500100004301	22/04/2025 ÀS 09:00
STAR MOTOS LTDA	45.537.478/0001-93	2502017500100008301	22/04/2025 ÀS 10:00
MAGAZINE LILIANI S.A	11.590.296/0062-86	2502017500100024301	23/04/2025 ÀS 11:00
FACILITE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTROS LTDA	12.350.780/0001-89	2503017500100063301	29/04/2025 ÀS 09:00
MC CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO IMOBILIARIA LTDA	33.495.172/0001-32	2502017500100053301	09/04/2025 ÀS 14:00
W ARRUDA DE SOUZA CONSORCIO LTDA	50.988.558/0001-03	2502017500100041301	30/04/2025 ÀS 09:00

Timon-MA, 31 de março de 2025

ANSELMO VIEIRA DA SILVA
Diretor Municipal – Viva/Procon Timon-MA**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO****MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

Aditivo nº 001/2025 ao Contrato nº 001/2024 Processo administrativo: 576/2025 Fundamentação Legal: Artigo 57, II, da Lei 8.666/93. Contratante: Secretaria Municipal De Empreendedorismo, Desenvolvimento Econômico, Trabalho E Do Turismo-

SEMEDESTT. Contratado: JOSÉ DAS GRAÇAS SOARES DE LIMA LTDA. (LOOP FIBRA) CPF do contratante nº: 13.984.892-0001-54 Objeto e justificativa do Contrato: O presente termo aditivo destina-se à prorrogação da vigência do contrato nº 001/2024 por mais 12 (doze) meses, referente ao contrato de prestação de serviço de telecomunicações com objetivo de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados. Projeto Atividade: 2045-Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e do Turismo. Dotação Orçamentaria: 3.3.90.93.00 Forte de Recurso: 500 Valor Global: R\$: 5,364,96 Data de Assinatura: 30/01/2025

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

O Município de Timon, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, torna público para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO** relacionada abaixo referente à publicação do contrato nº 003/2025, publicada no Diário Oficial do Município, Edição nº 3.126, do dia 27 de março de 2025, na página 07. **Onde Lê:** R\$6.579,66 **Leia-se:** R\$6.582,21

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Na Portaria nº nº 0328, de 07 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de 25 de maio de 2025, Edição nº 3.124-A, página 2.

Onde Se Lê: "ALVINO COSTA MATOS"**Leia-se: "ALVINO COSTA MATOS NETO"****EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO****MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****CONTRATO: 01/2025 – SLU**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio operacional e gerenciamento eletrônico das manutenções da frota, fornecimento de combustível, troca de filtros e óleos e lavagem de veículos leves, pesados e máquinas, com utilização de cartão magnético ou etiqueta com tecnologia RFID (tecnologia de radio-frequency identification) ou similar e implantação de sistema informatizado via internet, disponibilizando rede de estabelecimentos credenciados (oficinas, autopeças e concessionárias) em atendimento superintendência de limpeza pública e urbanização de timon – SLU.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/21 e demais Legislação aplicável – Adesão SRP nº 094/2024 (Pregão Eletrônico nº 07/2024) – Prefeitura Municipal de Paracatu-MG.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 054/2025- SLU**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 2144 – Limpeza de vias pública**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.01/3.3.90.39.99**FONTE DE RECURSO:** 500 – Recursos Próprio do Município**CONTRATANTE:** Superintendência de Limpeza Publica e Urbanização de Timon - SLU**CONTRATADA:** PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA- CNPJ nº 05.340.639/0001-30**VALOR GLOBAL** R\$ 1.324.800,00**DATA DA ASSINATURA:** 28/03/2025 **VIGÊNCIA:** até 28/03/2026**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****CONTRATO Nº 006/2025 – SEMSPC**

OBJETO Aquisição de água mineral, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon – MA.

FUNDAMENTAÇÃO Lei nº 14.133/2021.**PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº 0825/2025**MODALIDADE DE LICITAÇÃO** Adesão a Ata de Registro de Preço nº 01/2024 –**Pregão** Eletrônico nº 07/2024**CONTRATANTE** Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de TIMON – MA**CONTRATADA** M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**CNPJ DA CONTRATADA** 13.874.603/0001-64**VALOR GLOBAL** R\$ 5.088,00 (cinco mil e oitenta e oito reais)**DATA DE ASSINATURA** 24/03/2025**VIGÊNCIA** 12 meses**SIGNATÁRIOS: Contratante:** Mariely de almeida Vilhena Ponte**Contratado:** Rafael Silva Assunção**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

Contrato nº 002/2025 Pregão Eletrônico: nº 027/2024 Processo Administrativo: 01557/2024 Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021. Contratante: Secretaria Municipal De Empreendedorismo, Desenvolvimento Econômico, Trabalho E Do Turismo-SEMEDESTT. Contratado: REALJET INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ do contratante nº: 09.558.001/0001-20 Objeto e justificativa do Contrato: Contratação de empresa especializada na locação de impressora multiprofissional laser e scanner de mesa profissional para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e do Turismo (SEMEDESTT). Projeto Atividade: 2045- Manutenção da Secretaria Municipal De Empreendedorismo, Desenvolvimento Econômico, Trabalho E Do Turismo. Dotação Orçamentaria: 3.3.90.39.00 Forte de Recurso: 500 Valor Global: R\$: 3.828,00 Data de assinatura: 18/03/2025

Contrato nº 003/2025 Pregão Eletrônico: nº 007/2024 Processo Administrativo: 764/2024 Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021. Contratante: Secretaria Municipal De Empreendedorismo, Desenvolvimento Econômico, Trabalho E Do Turismo-SEMEDESTT. Contratado: M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA.



Praça São José, s/n, Centro / CEP: 65.636-160 CNPJ: 06.115.307/0001-14 – Timon - MA.

O Município de Timon/MA dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: www.timon.ma.gov.br/diario-oficial/

**RESOLVE**

Art. 1º- Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como receber o referido serviço e atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), a(s) nota(s) fiscal(ais) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTARIA, no que for relacionado ao **Contrato nº 004/2025**, que tem como objeto a contratação de empresa para aquisição de material de expediente para atender as necessidades desta secretaria..

Servidor	Matrícula
Jonh enny Gomes de Oliveira - Fiscal	207634
Alexandre Ribeiro Bonfim - Gestor	205461

Art.2º - Estabelecer que, caberá ao Fiscal do Contrato verificar a efetiva entrega dos serviços e Atestar em Nota Fiscal o seu recebimento, bem como caberá ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

Art.3º - Esta portaria entra em vigor a partir de 25 de Março de 2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

SEINFRA

PORTARIA Nº 025/2025 – SEINFRA Timon, 31 de março de 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCEREM A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 002/2024-SEINFRA.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA do município de Timon – MA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1892, de 7 de dezembro de 2013;

Considerando a Lei nº 14.133/2021, no seu art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos Contratos celebrados pela celebração Administração Pública;

Considerando que os Órgãos Públicos devem manter Gestor e Fiscal formalmente designados durante toda a vigência dos Contratos celebrados pela entidade.

RESOLVE

Art. 1º - Designar, em consonância com o estabelecido no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), a(s) nota(s) fiscal(is) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, no que for relacionado ao **Contrato nº 002/2024-SEINFRA**.

FUNÇÃO	SERVIDOR	MATRÍCULA
GESTOR DO CONTRATO	Gildo Sabino dos Santos	480111
FISCAL DO CONTRATO	José Amaury Pires de Carvalho	9221255

Art. 2º - Estabelecer que caberá ao **Fiscal do Contrato** verificar a efetiva prestação do serviço e Atestar em Nota Fiscal o seu recebimento.

Art. 3º - Estabelecer que as prestações dos serviços ora designados são consideradas relevantes, mas não remunerados.

Art. 4º - Esta Portaria produz efeitos a partir de **02.01.2025**.

CPL

PORTARIA Nº 008/2025 – CPL DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão e a fiscalização dos contratos de scanner e água mineral e a sua devida liquidação.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1892, de 17 de dezembro de 2013, com as alterações da Lei Complementar nº 064, de 17 de janeiro de 2025;

Considerando a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das contratações/contratos celebrados(as) pela Administração Pública;

Considerando que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

RESOLVE

Art. 1º - Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das

atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como receber o referido material e atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), a(s) nota(s) fiscal(ais) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Comissão Permanente de Licitações no que for relacionado a gestão e a fiscalização dos contratos de scanner e água mineral e a sua devida liquidação.

Servidor	Matrícula
ROSILENE DE OLIVEIRA COSTA E SILVA	9280-2
HALLEXYA MILLENA CRUZ DE AZEVEDO	927239

Art.2º - Estabelecer que, caberá ao Fiscal do Contrato verificar a efetiva prestação dos serviços, Atestar em Nota Fiscal/Fatura e elaborar os respectivos relatórios de fiscalização, bem como caberá ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

Art.3º - Esta portaria entra em vigor a partir de 02 de fevereiro de 2025.

SEMSCP

PORTARIA Nº 013, DE 24 DE MARÇO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como fiscal e gestor de contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA, DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1962, de 10 de dezembro de 2013.

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos contratos celebrados pela Administração Pública;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade,

RESOLVE

Art. 1º- Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de **gestor e fiscal**, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como receber o referido serviço e atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), a(s) nota(s) fiscal(ais) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania no que for relacionado ao **Contrato nº 006/2025** que tem como **objeto**: aquisição de água mineral, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon – MA:

GESTOR	PATRÍCIA BARBOSA DOS SANTOS	MATRÍCULA: 920396
FISCAL	NATRICIA MARIA ROCHA SANTANA	MATRÍCULA: 9220016

Art.2º - Estabelecer que caberá a Fiscal do Contrato verificar a efetiva execução dos serviços e Atestar em Nota Fiscal, bem como ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 03/2025 VIVA/PROCON**

A DIRETORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – VIVA/PROCON no uso de suas atribuições e valendo-se do disposto na Lei Federal 8.078/1990 regulamentada pelo decreto 2.181/1997 e Decreto Municipal nº 37/2016 **NOTIFICA** por edital, nos termos do art. 52, Decreto Municipal nº 37/2016, as pessoas jurídicas abaixo descritas, ficando cientes acerca do respectivo processo administrativos em tramitação neste órgão e que, **no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data desta publicação, **apresente posicionamento conclusivo acerca da reclamação e encaminhe para este Órgão, endereço Av. Piauí, Lojas 275/276, Cocais Shopping, Bairro Centro, Timon-MA, CEP 65630-902** resposta impressa acerca da demanda apresentada. Em caso de composição amigável, solicitamos o encaminhamento de documentação comprobatória do atendimento ao pleito do consumidor. **Ressalva-se que esta Diretoria possui sistema eletrônico para protocolizar defesas de CARTA e AUDIÊNCIA via Web, porém é necessário a efetivação de cadastro para que possa utilizar a nossa ferramenta. Informe-se através do site: <https://www.procon.ma.gov.br/adeseao-eletronica-do-fornecedor/>.**

FORNECEDOR	CNPJ	NUMERO DE ATENDIMENTO (Processo nº)
IMOBILIÁRIA RURAL LIMITADA	06.523.617/0001-78	2503017500100015301
MAGAZINE LUIZA	47.960.950/1128-68	2503017500100071301
BERNARDO VALDIR DA ROCHA NETO	42.214.348/0001-21	2503017500100042301
06934658329		

...a ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC).

...a ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC).

PORTARIA Nº 013, DE 24 DE MARÇO DE 2025

...a ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC).

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Lei nº 1.234, de 15 de março de 2025,

CONSIDERANDO a necessidade de realização de reunião para a discussão e aprovação do Plano de Segurança Pública Municipal (PSPM) para o ano de 2025;

CONSIDERANDO que a realização da reunião deve ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC);

RESOLVE

...a ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC).

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO

PORTARIA Nº 013, DE 24 DE MARÇO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Lei nº 1.234, de 15 de março de 2025,

CONSIDERANDO a necessidade de realização de reunião para a discussão e aprovação do Plano de Segurança Pública Municipal (PSPM) para o ano de 2025;

Item	Descrição	Valor
1	Material de consumo	R\$ 1.000,00
2	Material de limpeza	R\$ 500,00
3	Material de manutenção	R\$ 500,00

...a ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC).

Item	Descrição	Valor
1	Material de consumo	R\$ 1.000,00
2	Material de limpeza	R\$ 500,00
3	Material de manutenção	R\$ 500,00

PORTARIA Nº 013, DE 24 DE MARÇO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Lei nº 1.234, de 15 de março de 2025,

CONSIDERANDO a necessidade de realização de reunião para a discussão e aprovação do Plano de Segurança Pública Municipal (PSPM) para o ano de 2025;

CONSIDERANDO que a realização da reunião deve ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC);

CONSIDERANDO que a realização da reunião deve ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC);

CONSIDERANDO que a realização da reunião deve ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC);

CONSIDERANDO que a realização da reunião deve ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC);

CONSIDERANDO que a realização da reunião deve ser realizada em 15 de março de 2025, no local a ser determinado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSC);

Item	Descrição	Valor
1	Material de consumo	R\$ 1.000,00
2	Material de limpeza	R\$ 500,00
3	Material de manutenção	R\$ 500,00

PORTARIA Nº 013, DE 24 DE MARÇO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Lei nº 1.234, de 15 de março de 2025,

CONSIDERANDO a necessidade de realização de reunião para a discussão e aprovação do Plano de Segurança Pública Municipal (PSPM) para o ano de 2025;

Item	Descrição	Valor
1	Material de consumo	R\$ 1.000,00
2	Material de limpeza	R\$ 500,00
3	Material de manutenção	R\$ 500,00

PORTARIA Nº 013, DE 24 DE MARÇO DE 2025

Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

Ofício Nº: 133/2025/SEMSPC/GAB

TIMON-MA, 01 de abril de 2025

Ilmo. Sr.

Paulo Ryldon Claudino de Oliveira Costa

Diário Oficial do Estado do Piauí

Secretário de Municipal de Governo

Praça São José, S/N, Centro, CEP 65636-160 - Timon- MA

Assunto: Publicação de Errata

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o nº do Ofício.

Senhor Secretário,

Com os nossos cumprimentos, encaminhamos a V. S^a. a **Errata do Extrato do Contrato e Portaria de Gestor e Contrato nº 013/2025**, referente ao Contrato nº 006/2025.

Dessa forma, solicitamos a publicação da referida Portaria no **Diário Oficial**.

Desde já, agradecemos a atenção e aguardamos o vosso pronto atendimento.

Atenciosamente,

Timon-MA, 01 de abril de 2025

MARIELY DE
ALMEIDA VILHENA
PONTE:781089853
15

Assinado de forma digital
por MARIELY DE ALMEIDA
VILHENA
PONTE:78108985315
Dados: 2025.04.01
11:22:14 -03'00'

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP

*Recebido em
03/04/2025
Tullian Vilhena*



Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

TIMON-MA, 01 de abril de 2023

Ofício nº 1.123/2023/SEMSPC/GAB

Ilmo. Sr.

Paulo Ruyton Claudino de Oliveira Costa

Diretor Geral do Departamento

Secretaria de Segurança Pública

Rua São José, s/n, Centro, CEP 65100-000 - Timon - MA

Assunto: Publicação de Edital

Referência: Caso respondido este Ofício, indicar expressamente o nº do Ofício

Para: Senhor(a) _____

Com os nossos cumprimentos, encaminhamos a V. Sa. a Portaria de Exatidão do
Contrato e Portaria de Gestão e Contrato nº 013/2023, referente ao Contrato nº 000/2023.

Dessa forma, solicitamos a publicação do referido Edital no Diário Oficial.

Desde já, agradecemos a atenção e aguardamos a resposta favorável.

Atenciosamente,

Timon-MA, 01 de abril de 2023

MARIELY DE
ALMEIDA VILHENA PONTE
PONTES/08823
Diretora Geral

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria nº 013/2023 GP

Por: São José, s/n, Centro, Timon - CEP nº 65100-000

Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

ERRATA

Na publicação da **Portaria nº 013/2025 - SEMSPC**, constante no **Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon, Ano XII, Edição nº 3.128, de 31 de março de 2025:**

ONDE SE LÊ:

"NATRICIA MARIA ROCHA SANTANA"

LEIA-SE:

"NATÉRCIA MARIA BASÍLIO ROCHA SANTANA"

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON-MA, em 01 de abril de 2025.

MARIELY DE
ALMEIDA VILHENA
PONTE:78108985315

Assinado de forma digital por
MARIELY DE ALMEIDA VILHENA
PONTE:78108985315
Dados: 2025.04.01 11:19:13 -03'00'

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP

*Recebido em
01/04/2025
Tullina Vilhena*

Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

ERRATA

Na publicação do **Extrato de Termo de Contrato nº 006/2025 – SEMSPC**, constante no **Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon, Ano XII, Edição nº 3.128, de 31 de março de 2025:**

ONDE SE LÊ:
“VIGÊNCIA: 12 meses”

LEIA-SE:
“VIGÊNCIA: 04 meses”

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON-MA, em 01 de abril de 2025.

MARIELY DE
ALMEIDA VILHENA
PONTE:78108985315

Assinado de forma digital por
MARIELY DE ALMEIDA VILHENA
PONTE:78108985315
Dados: 2025.04.01 11:17:52
+03'00'

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP

*Recebido em
01/04/2025
Tollison Vilhena*



Art.2º - Estabelecer que caberá a Fiscal do Contrato verificar a efetiva execução dos serviços e Atestar em Nota Fiscal, bem como ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

AGERT

PORTARIA Nº 012/2025 Timon-Ma 01 de abril de 2025.

**DESIGNA SERVIDORES PARA REALIZAÇÃO DE
ATESTOS DE NOTAS FISCAIS.**

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DELEGADOS DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais da lei Municipal nº 1.926, de 11 de setembro de 2017, e tendo em vista aos artigos. 68 e 69, da Lei nº 4.320/64 c/c art.74§ 1º do Decreto Municipal nº 108, de 30 de dezembro de 2010.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR, os servidores para exercer a função, pelo setor de **ATESTO DE NOTAS FISCAIS** da AGERT.

SERVIDOR	CPF
ALVINO COSTA MATOS NETO - GESTOR	021.995.173-06
PÂMELA RHANIERE CAROLINE DE ASSUNÇÃO DA SILVA - FISCAL	065.187.163-80

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 011/2025 Timon-Ma 01 de abril de 2025.

**DESIGNA SERVIDOR PARA REALIZAÇÃO DE
DESPESAS PELA MODALIDADE DE
SUPRIMENTO DE FUNDOS.**

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DELEGADOS DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais da lei Municipal nº 1.926, de 11 de setembro de 2017, e tendo em vista aos artigos. 68 e 69, da Lei nº 4.320/64 c/c art.74§ 1º do Decreto Municipal nº 108, de 30 de dezembro de 2010.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **ALVINO COSTA MATOS NETO**, Ouvidor, para realizar **DESPESAS PELO REGIME DE SUPRIMENTO DE FUNDOS** da AGERT.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

PROCESSO nº 114/2025

PERMITENTE: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Regularização Fundiária

PERMISSONÁRIO: Sra. Elizabeth Cristino Leite Santos.

OBJETO: o presente termo objetiva a permissão USO DE BEM DE USO PÚBLICO a título precário e gratuito, de espaço público localizado na Rua Samambaia, Praça dos Pneus, Padre Delfino, Timon/MA, para o fim de comercializar alimentos em geral, com o uso de Trailer.

PRAZO DA PERMISSÃO: 01ano, podendo ser renovada, observando-se o cumprimento da lei.

VALOR: A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

DATA DE ASSINATURA: 28 de março de 2025

SIGNATÁRIOS: Lucas Moura Campos Soares - Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Regularização Fundiária, Portaria nº 076/2025-GP e Elizabeth Cristino Leite Santos.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

ADESÃO nº 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02154/2025 – SEMED

Interessado: Município de Timon-MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Ato: O Secretário Municipal de Educação de Timon – MA, no uso de suas atribuições legais, resolve **HOMOLOGAR/ADJUDICAR** do resultado do processo licitatório que tem como objeto a Aquisição de Kits Escolares contendo: Mochilas para educação infantil e ensino fundamental, tênis e meias para os alunos da rede pública municipal de ensino mantidos pela Secretaria Municipal de Educação, conforme detalhamento do Estudo Técnico Preliminar em favor da Empresa **CB NEWS COMERCIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.934.170/0001-55, com o valor total de R\$ 6.644.800,00 (Seis milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

Assinatura: 31 de Março de 2024

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 523/2025

OBJETO: Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos de Imagem para Realização de Exames Clínicos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Dispensa de licitação, art. 75, VIII, da Lei nº 14133/2021)

De acordo com o processo administrativo em epígrafe, objetivando a Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos de Imagem para Realização de Exames Clínicos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, **RATIFICO** a opinião técnica, e justificativa para dispensar a licitação da contratação do objeto, no qual, **ADJUDICO** o seu valor total estimado: R\$: 1.623.000,00 (um milhão seiscentos e vinte e três mil reais), em favor da empresa **BIOCENRO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.746.153/0001-48, com sede na Rua Eduardo Falcão, nº 186, Centro, Presidente Dutra/MA, nos termos da proposta, que se vincula ao presente termo, fundamentado no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14133/2021. Timon/MA, 15 de março de 2025.

DÁVILA CLAUDINO DE OLIVEIRA COSTA BEZERRA

Secretária Municipal de Saúde- Timon/MA

Portaria nº 07/2025-GP

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

Termo de Quarto Aditivo ao Contrato nº 014/2023. **Objeto:** Prorrogação de vigência do contrato nº 014/2023, até 31/12/2025. Prestação de Serviços de Esterilização, Reesterilização, Reprocessamento de Artigos Médicos Hospitalares, Termo Sensíveis pela tecnologia, de plasma e peróxido de hidrogênio, vapor saturado e óxido de etileno, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Timon/MA e suas Unidades. **Fundamentação:** artigos 57, II da Lei 8.666/1993. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.410.879/0001-66. **Contratado:** BRITO E SOARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.469.892/0001-37. **Data de Assinatura:** 25/03/2025.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

No extrato do **Primeiro Aditivo ao Contrato nº 002/2024 – SEINFRA**, publicado na edição nº 3.116 do DOEM em 13/03/2025:

Onde se lê:

Termo Aditivo nº 01/2025

Contrato nº 02/2024

Processo Administrativo nº 469/2023

Fundamentação legal: art. 2; § 1º, art. 57, Inciso II e art. 124, Inciso I da Lei 14.133/21

Contratante: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRA

CNPJ do contratante: 13.984.892/0005-88

Contratada: José das Graças Soares de Lima Ltda.(Loop Fibra)

CNPJ da contratada: 13.984.892/0005-88

Objeto e Justificativa do Aditamento: prorrogação de vigência contratual pelo prazo de **11** meses, passando a vigorar até **31/12/2025**, serviços de fornecimento de Links de Internet e Links de Banda Larga de internet.

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 2053 - Manutenção da Sec. de Obras e Infraestrutura.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 500

Data da Assinatura: 31.01.2025

Leia-se:

Termo Aditivo nº 01/2025-SEINFRA

Contrato nº 02/2024-SEINFRA

Processo Administrativo nº 731/2025

Fundamentação legal: art. 2; § 1º, art. 57, Inciso II e art. 124, Inciso I da Lei 14.133/21

Contratante: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRA

CNPJ do contratante: 06.115.307/0001-14

Contratada: José das Graças Soares de Lima Ltda.(Loop Fibra)

CNPJ da contratada: 13.984.892/0005-88

Objeto e Justificativa do Aditamento: prorrogação de vigência contratual pelo prazo de **12** (doze) meses, passando a vigorar até 01/02/2026, serviços de fornecimento de Links de Internet e Links de Banda Larga de internet.

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 2053 - Manutenção da Sec. de Obras e Infraestrutura.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 500

Data da Assinatura: 31.01.2025

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Na publicação da **Portaria nº 013/2025 – SEMSPC**, constante no **Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon, Ano XII, Edição nº 3.128, de 31 de março de 2025:**

ONDE SE LÊ:

“NATRICIA MARIA ROCHA SANTANA”

LEIA-SE:

“NATÉRCIA MARIA BASÍLIO ROCHA SANTANA”

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON-MA, em 01 de abril de 2025.

**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

Na publicação do **Extrato de Termo de Contrato nº 006/2025 – SEMSPC**, constante no Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon, Ano XII, Edição nº 3.128, de 31 de março de 2025:

ONDE SE LÊ:

“VIGÊNCIA: 12 meses”

LEIA-SE:

“VIGÊNCIA: 04 meses”

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON-MA, em 01 de abril de 2025.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****CONTRATO Nº 008/2025 – SEMSPC**

OBJETO O presente contrato tem por objeto o Registro de Preços para Aquisição de material de expediente e escritório, a ser processada através do sistema de Registro de Preços, para atender as necessidades do Município de Timon.

FUNDAMENTAÇÃO Lei nº 14.133/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1028/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO Adesão a Ata de Registro de Preço nº 048/2024 – Pregão Eletrônico nº 091/2023

CONTRATANTE Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de TIMON – MA

CONTRATADA F L SAMPAIO DE ABREU LTDA (Variedades Global)

CNPJ DA CONTRATADA Nº 11.285.397/0001-21

VALOR GLOBAL R\$ 39.453,81 (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e um centavos)

DATA DE ASSINATURA 31/03/2025

VIGÊNCIA 12 meses

SIGNATÁRIOS Contratante: MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE

Contratado: FELIPE LAÉCIO SAMPAIO DE ABREU

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Portaria de Concessão nº 09/2025

Favorecido: IVANAEL YAGO DE SOUSA SILVA

Cargo/Função: DIRETOR DE PROJETOS

Órgão: SEMDES

Destino: LIMA CAMPOS - MA

Período: 14 DE MARÇO DE 2025.

Quantidade de Diárias: 01

Valor Unitário: R\$ 230,00

Valor Global: R\$ 230,00

Finalidade: VIAGEM A LIMA CAMPOS - MA PARA PARTICIPAR DE UM ENCONTRO INSTITUCIONAL COM O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA PARA UMA CAPACITAÇÃO NA ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR E EM BUSCA DE PROJETOS DE INCENTIVO ÀS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS.

INEDITORIAL**REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL**

A empresa G R DE ABREU DISTRIBUIDORA ATUAL, portadora do CNPJ: 04.528.673/0001-70, estabelecida no endereço Rua Ananias Carvalho Chaves, Nº71, Bairro Parque Piauí 1 torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA a expedição da Licença Ambiental, de acordo com o processo de nºXX/2021.



Assinado de forma digital por

MUNICIPIO DE

TIMON:06115307000114

DN: c=BR, o=ICP-Brasil,

ou=Certificado Digital PJ A1,

ou=Videoconferencia,

ou=32540441000172, ou=AC

SyngularID Multipla, cn=MUNICIPIO

DE TIMON:06115307000114

Dados: 2025.04.01 16:59:00 -03'00'

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 002/2025

PROCESSO Nº 0825/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - SEMAG

CONTRATO Nº 006/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.088,00 (Cinco mil e oitenta e oito reais)

Em cumprimento aos dispositivos previstos em lei, e tendo em vista a assinatura do **Contrato nº 006/2025** datado de 24/03/2025, atendendo as exigências legais para o fornecimento do objeto mencionado no referido contrato, fica notificada a empresa M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 13.874.603-64, que a data para início do FORNECIMENTO será em 07/04/2025, sendo o prazo previsto para sua execução de 04(quatro) meses contados a partir da data estabelecida acima, conforme combinado e aprovado pelas partes interessadas, abaixo assinadas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL DO ITEM
01	AGUA MINERAL 200ML	04 CAIXAS	R\$29,90	R\$119,60
02	AGUA MINERAL GALAO 20 L	14 GALOES	R\$10,00	R\$140,00
03	TOTAL DO CONTRATO			R\$259,60

Timon - MA, 03 de abril de 2025.

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA
Assinado de forma digital por
MARIELY DE ALMEIDA VILHENA
PONTE:78108985315
Dados: 2025.04.03 11:55:22 -03'00'

Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania

Rafael Silva Assunção
M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA

Patricia Barbosa Araújo dos Santos
Diretora Administrativa
Secretaria Municipal De Segurança Publica e
Cidadania-SEMSPC
Matricula nº 9220937
Gestor do Contrato

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 002/2025

PROCESSO Nº 0825/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - SEMAG

CONTRATO Nº 006/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.088,00 (Cinco mil e oitenta e oito reais)

Em cumprimento aos dispositivos previstos em lei, e tendo em vista a assinatura do **Contrato nº 006/2025** datado de 24/03/2025, atendendo as exigências legais para o fornecimento do objeto mencionado no referido contrato, fica notificada a empresa M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 13.874.603-64, que a data para início do FORNECIMENTO será em 07/04/2025, sendo o prazo previsto para sua execução de 04(quatro) meses contados a partir da data estabelecida acima, conforme combinado e aprovado pelas partes interessadas, abaixo assinadas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL DO ITEM
01	AGUA MINERAL 200ML	04 CAIXAS	R\$29,90	R\$119,60
02	AGUA MINERAL GALAO 20 L	14 GALOES	R\$10,00	R\$140,00
03	TOTAL DO CONTRATO			R\$259,60

Timon - MA, 03 de abril de 2025.

MARIELY DE ALMEIDA
VILHENA
PUNTE PRINCIPES SLS

Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania

M R CAFE COMERCIO E SERVICO Assinado de forma digital por M R CAFE
LTDA:13874603000164 **COMERCIO E SERVICO LTDA:13874603000164**
Dados: 2025.04.03 14:09:24 -03'00'

Rafael Silva Assunção
M R CAFE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA

Patricia Barbosa Araújo dos Santos
Gestor do Contrato

Patricia Barbosa Araújo dos Santos
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Assessoria Técnica da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania
Cidade de Timon - MA
Data: 03/04/2025

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 002/2025

PROCESSO Nº 0825/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - SEMAG

CONTRATO Nº 006/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.088,00 (Cinco mil e oitenta e oito reais)

Em cumprimento aos dispositivos previstos em lei, e tendo em vista a assinatura do **Contrato nº 006/2025** datado de 24/03/2025, atendendo as exigências legais para o fornecimento do objeto mencionado no referido contrato, fica notificada a empresa **M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 13.874.603-64, que a data para início do FORNECIMENTO será em 07/04/2025, sendo o prazo previsto para sua execução de 04(quatro) meses contados a partir da data estabelecida acima, conforme combinado e aprovado pelas partes interessadas, abaixo assinadas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL DO ITEM
01	AGUA MINERAL 200ML	04 CAIXAS	R\$29,90	RS119,60
02	AGUA MINERAL GALAO 20 L	14 GALOES	R\$10,00	RS140,00
03	TOTAL DO CONTRATO			RS259,60

Timon - MA, 03 de abril de 2025.

MARIELY DE ALMEIDA Vilhena Ponte
Assinada de forma digital por
MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Ponte/P810BPS115 Timon/MA/2025.04.03

Mariely de Almeida Vilhena Ponte
Secretária Municipal de Segurança Pública e Cidadania

M R CAFE COMERCIO E SERVICO Assinado de forma digital por M R CAFE
COMERCIO E SERVICO LTDA:13874603000164
LTDA:13874603000164 Dados: 2025.04.03 14:09:24 -03'00'

Rafael Silva Assunção
M R CAFE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA

Patricia Barbosa Araújo dos Santos
Gestor do Contrato

EMISSÃO: 08/04/2025 - DEST. / REM.: MUNICIPIO DE TIMON - VALOR TOTAL: R\$ 259,60

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

Nº 000000016

SÉRIE 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA

RUA PROJETADA, 3458 : B; - SAO SEBASTIAO - CEP:65400-000 - CODO - MA

TEL:

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

1

Nº 000000016 fl. 1 / 1

SÉRIE 001



CHAVE DE ACESSO

2125 0413 8746 0300 0164 5500 1000 0000 1610 0000 7169

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DE OPERAÇÃO

VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERCE

PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

421250012110377 08/04/2025 09:08:30

INSCRIÇÃO ESTADUAL

128364815

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.

CNPJ / CPF

13.874.603/0001-64

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

MUNICIPIO DE TIMON

CNPJ / CPF

06.115.307/0001-14

DATA DA EMISSÃO

08/04/2025

ENDEREÇO

PRAcA SaO JOSe, -

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

CEP

65630-160

DATA SAÍDA / ENTRADA

08/04/2025

MUNICÍPIO

TIMON

FONE / FAX

UF

MA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

122248848

HORA DA SAÍDA

CÁLCULO DO IMPOSTO						
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE CÁLC. ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS		
0,00	0,00	0,00	0,00	259,60		
DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESS.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259,60	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

DESTINATARIO

FRETE POR CONTA

1 - DESTINATARIO

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS													
CÓDIGO DO PROD. / SERV.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR VALOR	DESCONTO DESCONTO	BASE CÁLC. ICMS	VALOR I.C.M.S.	VALOR I.P.I.	ALÍQUOTAS ICMS IPI
2	AGUA COPO 200 ML	22011000	0102	5102	CX	4,00	29,90	119,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
4	AGUA MINERAL (GALAO) DE 20 L SEM GAS	22021000	0102	5102	UN	14,00	10,00	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ORDEM DE FORNECIMENTO 002/2025 ORGAO:SEMAG

RESERVADO AO FISCO



**M R CAFE COMERCIO
E SERVIÇO LTDA**

**M R CAFE COMERCIO E SERVIÇO
REQUERIMENTO**

CODO MA, 08/04/2025

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA

PELO PRESENTE REQUERIMENTO, A EMPRESA M R CAFÉ COMERCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.874.603/0001-64, por intermédio de seu representante legal o Sr. RAFAEL SILVA DE ASSUNÇÃO, portador do RG nº 2923913/SS-PI e CPF nº 048.037.553-45, VEM JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA, REQUERER O PAGAMENTO NO VALOR DE R\$ 259,60 (DUZENTOS E CIQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

DADOS BANCARIO:

Banco :BANCO DO NORDESTE

Agência :224

Conta :18759-7

Ciente do pronto atendimento, pedimos deferimento

CODO MA, 08/04/2024

Atenciosamente,

Rafael Silva de Assunção

M R CAFÉ COMERCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ:13.874.603/0001-64
RAFAEL SILVA DE ASSUNÇÃO
RG: 2923913 SSP PI CPF: 048.037.553-45
SOCIO ADMINISTRADOR

Rafael Silva de Assunção
RG: 2923913 SSP PI CPF: 048.037.553-45
Sócio Administrador

**CNPJ:13.874.603/0001-64 / INSCRIÇÃO ESTADUAL:128364815 RUA
PROJETADA Nº3458 COMPLEMENTO:B BAIRRO:SÃO SEBASTIAO CODO-MA**



**M R CAFE COMERCIO
E SERVIÇO LTDA**

M R CAFE COMERCIO E SERVIÇO

RECIBO R\$ 259,60

CODO MA, 08/04/2025

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA

PELO PRESENTE REQUERIMENTO, A EMPRESA M R CAFÉ COMERCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.874.603/0001-64, por intermédio de seu representante legal o Sr. RAFAEL SILVA DE ASSUNÇÃO, portador do RG nº 2923913/SS-PI e CPF nº 048.037.553-45, APRESENTAR RECIBO DE PAGAMENTO **NO VALOR DE R\$ 259,60 (DUZENTOS E CIQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)**

DADOS BANCARIO:

Banco :BANCO DO NORDESTE

Agência :224

Conta :18759-7

Ciente do pronto atendimento, pedimos deferimento

CODO MA, 08/04/2025

Atenciosamente,

Rafael Silva de Assunção

M R CAFÉ COMERCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ:13.874.603/0001-64

RAFAEL SILVA DE ASSUNÇÃO

RG: 2923913 SSP PI CPF: 048.037.553-45

SOCIO ADMINISTRADOR

Rafael Silva de Assunção

RG: 2923913 SSP PI CPF: 048.037.553-45

Sócio Administrador

**CNPJ:13.874.603/0001-64 / INSCRIÇÃO ESTADUAL:128364815 RUA
PROJETADA Nº3458 COMPLEMENTO:B BAIRRO:SÃO SEBASTIAO CODO-MA**



M R CAFE COMERCIO E SERVIÇO LTDA

M R CAFE COMERCIO E SERVIÇO

SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO Nº04/2025

1. DADOS DO FORNECEDOR / CREDOR		
Nome: M R CAFÉ COMERCIO E SERVIÇO LTDA		
Endereço: RUA PROJETADA, BAIRRO: SÃO SEBASTIAO,	Cidade: CODO	U.F: MA
CNPJ/CPF: 13.874.603/0001-64		
Banco: BANCO DO NORDESTE	Agência: 224	Conta:18759-7
2. DADOS DA DESPESA:		
Processo nº:	Nota de Empenho nº	
N.º de Parcelas:	Competência/Vencimento: 04/2025	Contrato n.º 006/2025
3. OBJETO DA DESPESA:		
AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DE PROGRAMAS E PROJETOS REALIZADOS PELO MUNICIPIO DE TIMON-MA		
4. ASSINATURAS/CARIMBOS:		
Responsável Legal: <i>Rafael Silva de Assunção</i> <u>Rafael Silva de Assunção</u> RG: 2323913 SSP PI CPF: 048.037.553-45 Socio Administrador		DATA: 08/04/2024

CNPJ:13.874.603/0001-64 / INSCRIÇÃO ESTADUAL:128364815 RUA PROJETADA Nº3458 COMPLEMENTO:B BAIRRO:SÃO SEBASTIAO CODO-MA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA
CNPJ: 13.874.603/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:23:40 do dia 20/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/09/2025.

Código de controle da certidão: **7ECC.AFC5.D5F1.0B53**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 13.874.603/0001-64
Certidão n°: 16185923/2025
Expedição: 20/03/2025, às 17:26:43
Validade: 16/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

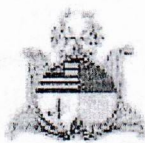
Certifica-se que M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 13.874.603/0001-64, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 052051/25

Data da

28/02/2025 14:31:52

Inscrição Estadual: 128364815

CPF/CNPJ: 13874603000164

Razão Social: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA

Endereço: RUA PROJETADA, 3458 B CEP: 65400000 - SAO SEBASTIAO

Telefone: (86)95659005

Município: CODO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 29/05/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO
CNPJ Nº 06.104.863/0001-95
Pça Ferreira Baima, 538 - Centro

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO
Nº 000075/2025

DADOS DO SUJEITO PASSIVO	
NOME/RAZÃO SOCIAL	M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA
ENDEREÇO	RUA PROJETADA, Nº 3458, B, SAO SEBASTIAO - CODO, 65400-000
INSC. MUNICIPAL	210330713874603000164
CPF/CNPJ	13.874.603/0001-64
ATIVIDADE	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas do sujeito passivo acima identificado, que vieram a ser apuradas. É certificado que nesta data não constam pendências em seu nome, relativas aos Tributos Municipais de acordo com o Processo Administrativo nº **000717**

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da inscrição acima mencionada no que diz respeito aos tributos municipais.

Emitida às 12:59:27 hs do dia 13 de Fevereiro de 2025

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Este documento é válido até 14 de Abril de 2025 (60 dias, a contar da data de emissão.)

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

CODO - MA

Para verificar a autenticidade deste Documento, aproxime um leitor de QR Code na imagem ao lado ou acesse o site www.tributosmunicipaisma.com.br, escolha seu município, clique no link Verificar Autenticidade e digite o código verificador: **0FWJPX250213**.




Elis Augusto Araújo Lima
Diretor de Tributos
Portaria: 032/2025
SEAD 13/01/2025



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 019472/25

Data da

28/02/2025 14:32:58

Inscrição Estadual: 128364815

CPF/CNPJ: 13874603000164

Razão Social: M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA

Endereço: RUA PROJETADA, 3458 B CEP: 65400000 - SAO SEBASTIAO

Telefone: (86)95659005

Município: CODO

UF: MA

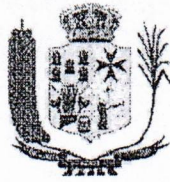
Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 29/05/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO**

CNPJ: 06.104.863/0001-95

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
Nº 000102/2025**

DADOS DO SUJEITO PASSIVO	
NOME/RAZÃO SOCIAL	M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA
INSC. MUNICIPAL	210330713874603000164
CNPJ	13.874.603/0001-64
ATIVIDADE	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS
ENDEREÇO	RUA PROJETADA, 3458, B, SAO SEBASTIAO, CODO - MA

Ressalvando o Direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada que vierem a ser apuradas posteriormente, de acordo com o processo administrativo nº **Nº000717/2025** é certificado que não constam pendências em seu nome relativas à pessoa inscrita sob o CNPJ **CNPJ 13.874.603/0001-64**, inerentes aos tributos municipais:

• **Alvará de Localização e Funcionamento - ALV. DE LF**
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN

Esta certidão refere-se exclusivamente a situação da inscrição acima mencionada no que diz respeito aos tributos municipais.

Emitida às 12:58:20 hs do dia 13 de Fevereiro de 2025

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Este documento é válido até 14 de Abril de 2025 (60 dias, a contar da data de emissão.)

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

CODO - MA

Para verificar a autenticidade deste Documento, aproxime um leitor de QR Code na imagem ao lado ou acesse o site **www.tributosmunicipaisma.com.br**, escolha seu município, clique no link Verificar Autenticidade e digite o código verificador: **U34VVP250213**.




Elis Augusto Araújo Lima
Diretor de Tributos
Portaria: 032/2025

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.874.603/0001-64

Razão

M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA

Social:

Endereço:

RUA PROJETADA 3458 B / SAO SEBASTIAO / CODO / MA / 65400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/03/2025 a 27/04/2025

Certificação Número: 2025032903026074306709

Informação obtida em 08/04/2025 08:24:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



M R CAFE COMERCIO E SERVIÇO LTDA

M R CAFE COMERCIO E SERVIÇO

NOTA DE ENTREGA SEMAG Nº 03

QUANTIDADE	UNL.MED	DESCRIÇÃO
10	GALAO	AGUA MINERAL 20L, (COM GALÃO) 10 PROCON ✓
4	GALAO	AGUA MINERAL 20L, (COM GALÃO) 4 SEMAG ✓
4	CAIXA	AGUA MINERAL 200ML ✓

Para constar, lavrou se a presente nota de entrega que será assinada pelo responsável do almoxarifado.

Timon MA, 08/04/2025

Recebido by:
08/04/2025
Omar muller Ferraz



TIMON
PREFEITURA

Construindo agora o futuro

Prefeitura Municipal de Timon
Secretaria Municipal de Segurança Pública
e Cidadania - SEMSPC

PORTARIA Nº 51 de Agosto de 2025.

Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão e a fiscalização do Contrato nº 006/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1892, de 17 de dezembro de 2013:

Considerando a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos contratos celebrados pela Administração Pública;

Considerando que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade,

CONSIDERANDO a necessidade de substituição do Gestor e Fiscal designados para o Contrato nº 006/2025, firmado com a empresa M R CAFÉ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, que tem por objeto: **aquisição de água mineral, para atender as necessidades da secretaria municipal de segurança pública e cidadania do município de Timon-MA**

RESOLVE:

Art. 1º: Fica **revogada a Portaria nº 13/2025**, publicada no Diário Oficial – Ano XII, Edição 3.128, que designava as servidoras abaixo relacionadas.

- **Patricia Barbosa Araújo dos Santos**, matrícula nº 920396, Gestora;
- **Natércia Maria Brasilio Rocha Santana**, matrícula nº 9220016, Fiscal.

Art. 3º Ficam designadas para atuar, respectivamente, como **Gestora e Fiscal Técnica do Contrato nº 006/2025**, as servidoras:

- **Barbara Nicolli dos Santos Silva**, matrícula nº 9219892, Gestora;
- **Emanuelle Cronemberger Ferraz**, matrícula nº 9220934, Fiscal;

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art.2º - Estabelecer que caberá a Fiscal do Contrato verificar a efetiva execução dos serviços e Atestar em Nota Fiscal, bem como ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA DE TIMON-MA.

Timon, 04 de Agosto de 2025

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA
PONTE:78108985315

Assinado de forma digital por
MARIELY DE ALMEIDA VILHENA
PONTE:78108985315
Data: 2025.08.04 10:28:00
+03'00'

MARIELY DE ALMEIDA VILHENA PONTE
Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania
Portaria Nº 026/2025-GP

Praça São José, S/N, Centro, Timon – MA, CEP nº 65.636-160.

[Home](#) > [Contratos](#)

Contrato nº 006/2025

Última atualização 15/05/2025

Local: Timon/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE TIMON**Unidade executora:** 113 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA - SEMSPC**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 0825 **Categoria do processo:** Compras**Data de divulgação no PNCP:** 15/05/2025 **Data de assinatura:** 25/03/2025**Vigência:** de 25/03/2025 a 24/03/2026**Id contrato PNCP:** 06115307000114-2-000072/2025 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A**Id contratação PNCP:** [06115307000114-1-000015/2024](#)**Objeto:**

Aquisição de água mineral para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania do Município de Timon-Ma.

VALOR CONTRATADO

R\$ 5.088,00

FORNECEDOR:**Tipo:** Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 13.874.603/0001-64 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)**Nome/Razão social:** M R CAFE COMERCIO E SERVICO LTDA[Arquivos](#)[Histórico](#)

Nome ↕

Data ↕

Tipo ↕

CONTRATO 06.2025.pdf

15/05/2025

Outros Documentos

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

[Voltar](#)

colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

